



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Solenidade Realizada na 13ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a Comemorar o Dia Internacional da Mulher
- 1.3 - 3ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 21/3/2013

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - Anselmo José Domingos - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - Leonídio Bouças - Liza Prado - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2013

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagens - Palavras da Sra. Dalvineide Almeida Santos - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical - Palavras da Deputada Federal Margarida Salomão - Palavras da Deputada Ana Maria Resende - Palavras da Deputada Liza Prado - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras da Deputada Rosângela Reis - Entrega de placas - Exibição de vídeo.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A locutora - Destina-se esta parte da reunião a comemorar do Dia Internacional da Mulher.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Deputada Federal Margarida Salomão; as Deputadas Estaduais Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, coautoras do requerimento que deu origem a

esta homenagem; Letícia Moraes Torres, Subsecretária de Casa Civil da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, representando a Secretária, Maria Coeli Simões Pires; Christiane Neves Procópio Malard, Chefe de Gabinete da Defensoria Pública-Geral do Estado, representando a Defensora Pública-Geral, Andréa Abritta Garzon Tonet; e Eliana Piola, Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais.

Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença da Sra. Sílvia Helena Rocha Rabelo, Secretária Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, interpretado pelo Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Leitura de Mensagens

A locutora - Registramos o recebimento de mensagens enviadas por autoridades. Mensagem do Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia: “Hoje a Assembleia Legislativa de Belo Horizonte realiza reunião especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Impedido de estar presente, venho registrar, através destas palavras, meus cumprimentos a todas as mulheres por suas conquistas sociais, políticas e econômicas ao longo dos séculos, bem como meu respeito e admiração. A criação de um dia internacional dedicado às mulheres surgiu no século XX, dentro do contexto da Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, quando se deu início ao emprego da mão de obra feminina na indústria. As condições de trabalho, insalubres e perigosas, eram motivo de constantes protestos.

O ano de 1975 foi designado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, e em dezembro de 1977 o Dia Internacional da Mulher foi adotado pelas Nações Unidas. Atualmente as mulheres se destacam no campo profissional e lutam diariamente para se adequar à jornada de trabalho, aos cuidados com a casa e com a família. São essas mulheres que ainda conseguem encontrar motivação para seguir em outras jornadas, voltadas à formação e à instrução. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, a frequência nas faculdades já é majoritariamente feminina. Isso mostra uma tendência continuada - que já pode ser observada -, da mulher brasileira: procurar a igualdade de direitos e oportunidades, por meio da educação e formação de mão de obra. Esse fato se reflete no mercado de trabalho, em que o nível de ocupação das mulheres apresentou um salto considerável na última década. Atualmente a mulher brasileira busca na educação os esforços de igualdade de direitos e de oportunidades, caminho certamente muito profícuo, porque a educação representa esforços continuados e grandes conquistas”.

Registramos também mensagens do Senador Aécio Neves, do Deputado Federal Marcos Montes e da Sra. Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico, enviadas às mulheres.

Palavras da Sra. Dalvineide Almeida Santos

Boa tarde ao Plenário, à Mesa, ao Presidente e às mulheres, grandes mulheres. O que seria dos homens sem nós, mulheres? Mulheres de Minas, mulheres do Brasil e mulheres de todo o mundo. Hoje estou aqui para falar do nosso grupo e para falar de mim, da minha pessoa, da minha história. A minha história não é diferente da de outras mulheres que existem por aí.

Inicialmente, gostaria de falar da minha codependência. Tenho um filho que está em tratamento. Há 11 anos faço parte de um grupo de apoio à família e digo a você, mulher: perto de você há alguém, uma mulher que precisa de ajuda. Indique a ela um grupo de família, um grupo de mães, um grupo de mulheres, para que ela possa ter um ombro para chorar ou um ouvido para ser ouvida. Nós, mulheres, estamos aqui para compartilhar com você a nossa história.

Há 11 anos, descobri a dependência química de meu filho. Ele iniciou o vício na cocaína, depois passou para a maconha. Posteriormente, descobri que, aos 21 anos, ele usava “crack”. Isso foi o pior, porque ele não queria se tratar, mas eu queria me tratar. Descobri que nós, mães, famílias, somos codependentes. É também doente quem vive em volta daquele que é usuário de drogas. Não sabia que a codependência era uma doença e que precisávamos nos cuidar. Muitas vezes deixamos de fazer coisas dentro da nossa casa, fora do nosso lar, como passear com a nossa família e ter um bom convívio com os outros familiares, por causa da dependência química do que está no uso e abuso das drogas. Isso aconteceu comigo. Tenho sete filhos e apenas um voltou para as drogas, para a pedra do mal, do demônio. Essa pedra mata e destrói, e o diabo veio para matar, roubar e destruir, portanto, é a própria pedra do “crack”. Eles nos roubam. Como mãe, quero dizer-lhes que procurem ajuda. Em sua casa pode não haver dependente químico, alguém em uso e abuso das drogas, mas próximo de você há.

Nós, do Mães de Minas contra o Crack, começamos a nossa luta com uma simples caminhada. Eu, o Pastor Wellington e mais alguns meninos com um caixão. Naquele caixão não havia ninguém, mas ali estava escrito: “O próximo pode ser seu filho”. Muitas mães já perderam seus filhos; muitas esposas perderam seus maridos devido ao tráfico e às drogas. Nós, do Mães de Minas contra o Crack, queremos ajudar. Pedimos a ajuda de todos. Não levantamos bandeiras de políticos, levantamos a política da vida, a política contra o “crack”. Pedimos a ajuda e a cooperação de todos. Estejam juntos conosco.

Há também um grupo de mulheres, que se uniram com o mesmo intuito de ajudar. Vamos nos unir, porque uma andorinha só não faz verão. A força vem de dois, três. Jesus mandou os discípulos de dois em dois. Então, como mulheres, vamos nos unir, duas, três, quatro. Vamos formar um grupo e ficar juntas. Não vamos sentir ciúme porque há vários grupos. Vamos nos unir. O reino não pode ser dividido. Nós somos um reino de amigos, de irmãos. Temos de unir forças contra a pedra do “crack”. Vamos tirar essa pedra do nosso caminho.

Nós, do Mães de Minas contra o Crack, vamos começar um grupo em Itabirito. Com a honra e glória do Senhor, vamos começar também um grupo de família no Bairro Santa Terezinha. Queremos formar grupos em cada bairro, em cada região. Muitas vezes estamos no nosso bairro, no nosso mundinho e não sabemos de nada. O problema não é meu. Não queremos saber de nada. O problema é do Presidente da Assembleia, do Deputado, do fulano, do sicrano ou do beltrano, e nunca é meu. O problema é meu, sim. O problema é nosso, de todos nós. Então, vamos nos unir.



Vou exibir um vídeo, não sei se já está pronto, que fala do Mães de Minas contra o Crack, do que temos feito e do muito ainda a fazer. Estamos caminhando a passos curtos. Só temos um ano. Somos bebês, mas temos feito muitas coisas. Temos uma filha, Karen. Essa menina chegou até nós usando “crack”. Ela ficou grávida, estava perdendo a filha para o Conselho Tutelar, viu o folheto no bairro, do Mães de Minas contra o Crack, e disse: “É ali que eu vou”. E foi. Há um ano está conosco. Hoje ela está linda, porque foi escolhida, como cada um de nós somos escolhidos. Amém! Amém! Amém! Todos acreditamos em Deus. Para a honra e glória do Senhor.

Desde já agradeço ao Credeq, que nos tem apoiado, e às mulheres que nos convidaram e nos deram esta oportunidade. Neste momento, gostaria de fazer uma homenagem a vocês, a nós, mulheres. (- Lê:)

“A você mulher, mãe, esposa, companheira, guerreira, lutadora, batalhadora. Mulher engenheira, pedreira, faxineira, americana, mexicana. Mulher brasileira. Não importa a sua raça, sua crença, sua cor. Você foi criada à imagem e semelhança de Deus. Ele a fez perfeita, com emoções, e um coração cheio de amor. Não importa sua condição social, 'status'. Somos mulheres que lutam por ideais, para ajudar a família. Mulheres que amam incondicionalmente. Mulheres que trazem beleza e luz aos dias mais difíceis, que dividem sua alma em duas para carregar tamanha sensibilidade e força, que ganham o mundo com sua coragem, que trazem paixão no olhar. Mulher, jamais esqueça de se cuidar. Temos que ser vaidosas, não basta somente pensar nos filhos, marido, casa, família. Muitas nem saem de casa para se divertir, se relacionar, se alegrar, por cuidar da mãe, da avó, dos filhos e até do cachorro. Há mulheres que colocam empecilho para tudo. Tantas coisas fazem com que a mulher se esqueça de si própria. Quantas perdem a infância, a adolescência e a juventude por algum motivo. Até mesmo não se casam, se entregam a cuidar de pais, irmãos, sobrinhos. Podemos fazer tudo isso sem esquecer que estamos vivas, apesar das lutas e dos obstáculos. Temos que nos cuidar, coisas básicas como ir ao médico periodicamente, fazer as unhas, arrumar os cabelos. Mulher chora, ri, brinca, sonha, vence o cansaço e tem amigos. Você, mulher, é virtuosa; você é como joia rara. Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor excede ao de finas joias. A mulher fala com sabedoria, e a instrução da bondade está na língua. Enganosa é a graça, e vã a formosura. Mas a mulher que teme o Senhor será louvada. Tantas mulheres, beleza única, vivas, cheias de mistérios e encantos! Mulheres que deveriam ser lembradas, amadas, admiradas por todos, todos os dias. Deus as abençoe.”

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de vídeo.

Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento a Exma. Deputada Federal Margarida Salomão. É uma enorme alegria tê-la na Assembleia Legislativa, uma presença tão alegre e tão encantadora. Quero saudar as Deputadas meninas Ana Maria Resende, Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis. Cumprimento ainda a Exma. Sra. Letícia Moraes Torres, Subsecretária de Casa Civil e de Relações Institucionais; a Exma. Sra. Defensora Pública Christiane Neves Procópio Malard; a Sra. Eliane Piola, Coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais; e a Sra. Francisca, esposa do nosso dileto amigo Deputado Jayro Lessa. Através dessa figura sempre simpática e terna, quero abraçar carinhosamente todas as mulheres. Gostaria de saudar aqui o Pastor Wellington, um obreiro do bem. Admiro muito o trabalho maravilhosos que faz em Minas Gerais. Na sua pessoa, eu me permito abraçar todos os que aqui se encontram. Quero cumprimentar aqui os queridos amigos, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Hely Tarquínio, Jayro Lessa, Bosco, Rogério Correia e Rômulo Viegas.

Hoje é um dia superespecial, pois estão sendo agraciadas, reverenciadas, essas mulheres extraordinárias, a se iniciar pela Maria Domingas, Prefeita Municipal de Formoso; a Sra. Maria José, Vice-Prefeita da minha querida terra natal de Sarzedo; a Cel. Cláudia Araújo Romualdo; a Sra. Márcia Martins, Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora de Coronel Fabriciano; a Sra. Dalvineide Almeida Santos, essa extraordinária mulher que falou com a voz do coração – conheço, de forma muito próxima, o seu trabalho, que realmente tem um valor imensurável -; a Sra. Terezinha Murta, voluntária das obras sociais do Município de Curral de Dentro; a Sra. Joana d'arc Magalhães, representando a sua irmã Maria Cecília, “in memoriam”, fundadora do Movimento Popular da Mulher; a Sra. Maria Elvira, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, representada por Patrícia Barbosa; a Sra. Márcia Souza Lima, Gestora do Programa Mães de Minas; e a Sra. Ivone Siqueira Corrêa Leite. Parabéns a todas vocês. Recebam o nosso abraço e o nosso reconhecimento.

As Deputadas meninas que aqui se encontram fizeram um longo discurso, mas vou contrariá-las, até porque vocês já me conhecem. Geralmente dispenso as formalidades, sobretudo em um momento superespecial como este. Vejo ali que os Deputados adorariam estar aqui fazendo parte desta Mesa. Vejam o sorriso dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Hely Tarquínio. Realmente é um ambiente muito aconchegante e fraterno. Oxalá, se pudessemos estar celebrando essa data superespecial todos os dias, em todos os momentos, em todos os instantes.

Já tive oportunidade de relatar a presença dos amigos Deputados, mas digo a vocês, permitam-me assim tratá-las, que fui criado em um ambiente, Deputada Margarida, privilegiado. Sou um feliz na vida, porque em meu ambiente infantil tive a felicidade, a bênção de conviver com duas mulheres extraordinárias, que foram convocadas pela ventura da vida, com o superar das adversidades que sempre se apresentam, e foram vencedoras. Uma já se foi, a outra ainda se encontra aqui, e tenho a felicidade de desfrutar de suas lições magistrais. Uma, para mim, é a maior educadora do Brasil, uma educadora universal: a saudosa Helena Antipoff. Tive uma convivência curta, rápida com ela, ainda muito menino. Mas falo que minha terra natal, Ibité, Sarzedo e Mário Campos, Maria José, teve a felicidade de absorver essa mulher universal, que veio da Rússia, aterrissou em Ibité na década de 1930, 1940, foi pioneira na educação voltada para crianças excepcionais, para o meio rural. Ela tinha um olhar visionário, um olhar diferenciado, enxergava anos-luz à nossa frente. Na década de 1970, Helena Antipoff se despediu do nosso convívio. Ela contrariou todas as projeções de comodidade, de acomodação, foi ousada, destemida e realmente desenhou um marco histórico não somente na vida de Ibité, mas de Minas e do Brasil. Tive a felicidade, de forma breve, de desfrutar esse seu saber, esse seu amor ao próximo.

A outra, Deputados Adelmo Carneiro Leão, Hely Tarquínio, Rômulo Viegas e Bosco, que a conhecem muito bem, é minha querida mãe, que teve o privilégio de dar sequência a esse trabalho de amor, de abnegação de D. Helena Antipoff. Minha querida mãe,



queridas Deputadas - muitos aqui já conhecem a história dela -, ficou órfã aos cinco anos de idade em Paracatu. Essa cidade, na década de 1930, era um deserto, algo realmente difícil de descrever, mas o destino foi levando-a, conduzindo-a. Aos 12, 13 anos, ela já lecionava para buscar o sustento, porque era criada pelas tias. Aos 18 anos, depois de viajar de seis a sete dias na boleia de um caminhão, chegou a Belo Horizonte. Depois quis o destino que ela fosse aprovada em um concurso público e fosse para Ibirité conhecer D. Helena Antipoff, mulher missionária, mulher abnegada. Até hoje, minha querida mãe, depois de tantos entraves, depois de ter criado cinco filhos, depois de ter passado por tantas dificuldades, de ter colecionado títulos universitários, encontra disposição para servir, abraçando a educação como o mais belo instrumento de transformação da vida das pessoas.

É inspirado permanentemente nesses dois belos exemplos, sagrados para meu coração e para minha alma, que procuro abraçar a vida pública com simplicidade, devoção, dedicação, reverenciando permanentemente as mulheres. Sem sombra de dúvida, digo, com muito orgulho: a Assembleia de Minas desfruta de um belo conceito junto às mineiras e aos mineiros por buscar uma trajetória cada dia mais progressiva, ascendente, de reconhecimento e de carinho das mineiras e dos mineiros, em todas as instâncias. Quando se fala em mulher, a Assembleia de Minas se faz cada dia mais altaneira, responsável, dedicada, com comissões altamente virtuosas e essenciais para o respeito e a oferta de oportunidades e ao mesmo tempo para a preservação dos direitos das mulheres. De forma especial, quero destacar o papel das queridas Deputadas.

Vejo a Sra. Dalvineide fazer seu relato com emoção, com encantamento claro, Pastor Wellington, e quero aqui revisitar a história recente. Nosso abraço, o abraço da sociedade, do Executivo Estadual, Municipal ou Federal, quando fizemos a primeira caminhada contra o uso do “crack”. Hoje de manhã fizemos uma reunião para promovermos a 2ª Marcha contra o Crack.

Instituímos, no ano passado, a Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, muito bem conduzida pelo querido e dileto amigo Deputado Paulo Lamac. Agora, de forma inédita, a Assembleia de Minas é a única a revelar um palco permanente de discussão, de busca de soluções - a Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas, também presidida brilhantemente pelo Deputado Vanderlei Miranda. Para que esse grande malefício da sociedade contemporânea possa ser enfrentado, superado, faz-se imprescindível termos tempo e intensidade, pois é algo muito doloroso, muito difícil de ser enfrentado. Somente por meio desse mutirão do bem e, sobretudo, com os atributos e com as virtudes das mulheres, haveremos de ter êxito.

Mulher é isto: algo sublime, o que a natureza pode expressar de mais sublime; sinônimo de carinho, de ternura, de afeição, de destemor, de coração, de disposição de servir; uma missionária permanente do bem. A mulher carrega, no coração e na alma, o que considero sagrado: a bondade. A bondade, senhoras e senhores, é filha do amor. Quando se tem o amor, consegue-se, o mais rapidamente possível, a obtenção daquilo que considero o mais essencial para todos nós: transformar a alma dos homens, de todos os seres humanos. Acho que isso é o mais essencial para todos nós, sobretudo quando vivenciamos, como agora na Índia, aquelas cenas horríveis, terríveis, tenebrosas de estupro de mulheres, de violência contra a mulher. Temos de combater isso permanentemente.

Muito mais do que comissão, do que o nosso trabalho, do que as ações dos Executivos, acho que cada um de nós temos de redescobrir os nossos valores, constituir uma nova sociedade, buscar uma renovação espiritual, para que possamos, de uma vez por todas, queridas Deputadas, banir essas situações, que, realmente, entristecem o coração de cada um de nós.

Queremos, desejamos, sonhamos edificar uma sociedade fraterna, humana, solidária, que dê oportunidade a todos. Esse é o nosso objetivo e é por isso que estamos aqui. Mas, para que isso seja efetivado, torna-se necessário, imperioso que tenhamos respeito, que tratemos as mulheres com dignidade, com carinho e com decência. Essa é a melhor maneira de ofertarmos ao nosso povo, à nossa gente, aos nossos semelhantes dias melhores.

Portanto, quero aqui, com o coração cheio de alegria, de encantamento, parabenizar todas vocês, queridas mulheres, queridas Deputadas, de forma muito especial as Deputadas meninas. É um orgulho para mim estar na Presidência da Assembleia, Cel. Cláudia Romualdo, exemplo de luta, de garra, de bravura, de dedicação. É um orgulho para mim exercer a Presidência da Assembleia - aqui cheguei menino, com vinte e poucos anos - e, como empregado dos mineiros, ter a felicidade de contar, ao meu lado - para me ajudar, para ajudar vocês, às mulheres, aos mais pobres, a Minas, com o talento, a fé, a perseverança, o denodo, a galhardia, a generosidade -, com o amor dessas mulheres, que realmente encantam não somente o meu coração, mas o de todos os Deputados e, com certeza absoluta, de todos os mineiros e de todas as mineiras.

Se a Assembleia está melhor, Deputada Margarida, se a Assembleia se elevou, Deputada amiga Eliana, certamente isso se faz por obra delas, pela sensibilidade, pela vontade de servir, pela garra, pelo desprendimento, por esse amor. É com esse amor que estamos transformando a vida dos mineiros e haveremos de transformar muito mais a vida de todos os brasileiros.

Então, fica, conforme disse, uma fala. Uma fala muito menos de um Presidente da Assembleia, muito mais de um amigo, de um filho de uma professora, de uma educadora, de um menino que conviveu com Helena Antipoff, de alguém que acredita que vale a pena sonhar. Deixo, portanto, essas minhas palavras a todas as mulheres. Mesmo diante de tantas dificuldades, vale a pena. Vamos com coragem, com disposição, com entusiasmo, com encantamento, com o espírito generoso de Madre Tereza de Calcutá, com o espírito visionário de D. Helena Antipoff. Dessa forma, vamos transformar a alma das pessoas e construir, sim, de verdade, uma sociedade melhor para todos. Para que seja melhor para todos, ela tem de agasalhar, com muito respeito, com muita decência, os direitos de cada um de vocês, dando-lhes, a cada uma, oportunidades. As mulheres estão muito mais participativas, cada dia mais ativas e participantes.

Como diz o nosso amigo D. Walmor, é importante que todos possamos expressar, do nosso coração, o reconhecimento e a admiração à vocação e à missão da mulher, cada vez mais protagonista na construção de uma sociedade melhor, de uma sociedade boa, fecundada pela fé. É isso o que desejo de verdade a todos vocês; é isso o que certamente deseja o nosso querido amigo Deputado Bonifácio Mourão, que acaba de chegar. Portanto, mãos à obra por um mundo melhor, mais respeitador e mais fraterno, e certamente essa inspiração haverá de contar permanentemente com o amor de vocês, queridas mulheres.

Um beijo no coração e que Deus abençoe vocês. De forma especial, um beijo para as queridas mulheres de Sarzedo, minha querida terra, onde se deram a labuta e a peleja do meu querido avô e do meu saudoso pai e que faz parte dessa minha singela história de vida.



Um abraço! Que Deus abençoe vocês. Um viva para todas as mulheres e para as Deputadas de Minas, que aqui se encontram, fazendo brilhar a Casa de vocês.

Apresentação Musical

A locutora – Neste momento, convidamos os presentes a ouvir o Coral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, acompanhado pelo pianista Antônio Carlos de Magalhães, apresentará a canção “O Caderno”, de Toquinho e Mutinho.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras da Deputada Federal Margarida Salomão

Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; Sras. Deputadas Liza Prado, Maria Tereza Lara, Luzia Ferreira, Ana Maria Resende, Rosângela Reis; Srs. Deputados presentes; mulheres que aqui hoje se reúnem para receber esta homenagem, aquelas que são nominadas na homenagem e as outras que de todo modo a merecem, porque cumprem um papel muito importante na sociedade brasileira; enfim, mulheres cujo reconhecimento é hoje objeto da nossa atenção e da nossa luta. Ouvimos uma fala tão emocionante, tão tocante, da Dalvineide, que deu seu testemunho, um testemunho exemplar e inspirador para todas nós que travamos a luta na sociedade brasileira pela saúde e pela felicidade.

Quero homenagear o orador que me antecedeu, o nosso Presidente Dinis Pinheiro, que, inspirado possivelmente por esses belos exemplos das mulheres formadoras que ele mencionou, também prestou-lhes uma homenagem, neste dia, com tanto calor e sinceridade. Agradeço muito à Deputada Maria Tereza Lara, que insistiu para que eu viesse aqui hoje, e, de alguma forma, estando aqui, represento a bancada federal, que também quer estar presente neste dia em que a Assembleia presta homenagem às mulheres e dá testemunho na luta contra o “crack”. A vida tem que vencer. Essa é uma luta muito importante para todos em Minas Gerais.

Vim aqui mesmo para, com o meu testemunho e a minha presença, homenagear a Assembleia e reconhecer a importante cerimônia e atividades que aqui se desenvolvem. Mas, como vocês mesmo esperam, afinal de contas vocês é que pagam para que eu faça isso, tenho que votar em Brasília, porque esse é meu serviço. Então, terei que sair daqui correndo para chegar a Confins, que certamente é uma abreviatura de confins do Judas, porque é muito longe, para estar em Brasília à noite, a fim de participar da sessão de votação. Eu nem queria usar a palavra, mas instada pelas nossas Deputadas e pela gentileza do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, deixo a vocês a minha saudação, o meu abraço. Nós, mulheres, todas, especialmente aquelas que têm a responsabilidade da representação política, estamos na luta contra o “crack”, pela saúde, pela vida, pela felicidade. Muito obrigada pela atenção.

Palavras da Deputada Ana Maria Resende

Boa tarde a todas e a todos. Meus cumprimentos aos telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham nesta tarde. Colegas Liza, Luzia, Rosângela e Tereza, que comigo compõem e representam 52% da população mineira, o nosso carinho. Nossos colegas Deputados estão a nos dizer que a mulher é importante não apenas no lar, mas também têm um papel importante na construção de uma sociedade mais humana, mais fraterna, uma sociedade onde os valores da paz sejam cultivados. Nossos convidados, nossas homenageadas, é uma alegria tê-los aqui na nossa Casa, na Casa do povo. Terezinha e Nena, minhas queridas homenageadas, vindas do Norte de Minas, quero saudá-las com carinho, com amor, porque quanto mais difícil é a vida na cidade e na região, mais difícil torna-se também para a mulher, mais difícil é para a mulher se sobressair. E às Mães de Minas contra o Crack, queremos dizer que vocês têm, nessas cinco Deputadas, parceiras verdadeiras, parceiras que querem, com vocês, fazer a diferença e defender nosso jovem, nossa sociedade.

A ameaça do “crack” está em muitos lugares onde a escola e a família não estão. A oferta, a cooptação dos nossos jovens é feita na porta da escola, mas também na praça do bairro, na quadra ou no campo onde jogam bola e nas baladas dos finais de semana. Por isso a escola e a família precisam andar juntas. A escola precisa se preocupar menos com o academicismo e mais com a formação humana de seu aluno. Aí, refiro-me não apenas ao “crack” e a outras drogas, mas também à violência no trânsito, à violência doméstica, à preservação do meio ambiente, entre outros assuntos. Precisamos da escola para, juntos, construirmos uma sociedade mais feliz. Pensar, discutir, posicionar-se no mundo, amar, construir, tudo isso faz parte da juventude que se prepara para ser útil a si e ao mundo.

No entanto, com o “crack”, assim como ocorre com as outras drogas, não dá para ter vida social nem trabalhar, estudar, namorar. Em pouquíssimo tempo, o usuário não quer outra coisa além de fumar a próxima pedra. Namorada, namorado, família, amigos, escola, trabalho, tudo isso se perde na fumaça de milhares de pedras queimadas. É a transformação inevitável e rápida do ser humano em verdadeiro zumbi. Por isso, para todos aqui e os pais e as mães que nos assistem, quero falar por meio de um pequeno poema. (- Lê:)

“Amanhã, amanhã pode ser tarde / Ontem?... Ontem já faz muito tempo! / Amanhã pode ser muito tarde / Para você dizer que ama, / Para você dizer que perdoa, / Para você dizer que desculpa, / Para você dizer que quer tentar de novo... / Amanhã pode ser muito tarde / Para você pedir perdão / Para você dizer: / Desculpe-me, o erro foi meu! / O seu amor, amanhã, pode não ser mais útil; / O seu perdão, amanhã, pode já não ser preciso; / A sua volta, amanhã, pode já não ser mais esperada; / A sua carta, amanhã, pode já não ser mais lida; / O seu carinho, amanhã, pode já não ser mais necessário; / O seu abraço, amanhã, pode já não encontrar outros braços; / Porque amanhã pode ser muito tarde. / Por isso não deixe para amanhã: / O seu sorriso, / O seu abraço, / O seu carinho, / O seu trabalho, / O seu sonho, / A sua ajuda... / Lembre-se, mamãe e papai: / Amanhã, pode ser tarde demais!”

Hoje, na Assembleia, comemoramos também o Dia Internacional da Mulher. Mulher que muitas vezes se omite e se retrai, não usa a sua energia e determinação para alcançar o que Deus propôs para todos: parceria e felicidade. Por isso quero terminar a minha fala contando para todas vocês uma pequena história.

Um dia um produtor rural foi à floresta e encontrou um filhote de águia perdido. Na verdade, pegou essa águia, levou-a para casa e passou a criá-la no galinheiro juntamente com suas galinhas. Com elas, ela comia a ração e o milho, foi crescendo e aprendendo o ser e o comportar delas. Até que um dia um naturalista apareceu na sua fazenda e, olhando o seu quintal, disse: “Mas essa ave não é uma galinha, e sim uma águia”. Ele respondeu: “Realmente, meu senhor, essa é uma águia, mas a criei como galinha, e como tal agora é



galinha e não mais águia”. O naturalista contestou dizendo: “Vou mostrar-lhe como essa águia voa. Ela tem o coração de águia. Ela voará nas alturas como uma grande águia”. Então ele pegou essa águia e lhe disse: “Você é uma águia. Você é do céu e não da terra. Abra as suas asas e voe para o alto!”.

Mas a águia, acostumada a ficar de cabeça baixa como as galinhas, não voou, e o dono disse: “Não falei que esta águia se transformou em galinha? Foi assim que a criei”. O naturalista disse: “Não se importe, não se preocupe, porque amanhã bem cedo vamos levar esta águia para o alto da montanha, no pico da serra, e assim verão que esta águia, que possui o coração de águia, vai voar rumo ao infinito”. Assim foi feito. Chegando ao cume da montanha, o naturalista pegou a ave firmemente com a face e olhos voltados para o sol. A águia, que se comportava como galinha, ao sentir a força e a energia do sol, abriu suas asas e voou rumo ao infinito.

Assim somos nós, mulheres que fomos criadas sob a subserviência, para termos a cabeça baixa ao recebermos ordens e informações. Mas somos águias e sabemos voar, temos asas grandes e fortes. Precisamos informar, precisamos fazer com que as outras mulheres entendam que podemos voar com nossas asas, que podemos fazer diferente, principalmente aqui nesta Casa, onde há cinco mulheres no total de 77 Deputados. É pouco. Precisamos mostrar à mulher que podemos fazer diferente, somos capazes tanto quanto os homens. Além da mesma capacidade do homem, temos um coração diferente.

Nesta Casa, eu e as minhas colegas Deputadas elegemos como bandeira primeira, bandeira mais forte do nosso trabalho, a mulher e nossa família. Vale a pena aumentarmos o número de mulheres e acreditarmos nelas, vale a pena que cada um que está aqui, cada um que nos assiste pela TV Assembleia saiba e informe às outras mulheres que somos águias, voamos alto rumo ao infinito, ao amor e à construção de uma sociedade muito mais digna e humana para todos. Para vocês o meu abraço e carinho, e até a próxima.

Palavras da Deputada Liza Prado

Boa tarde a todos e a todas. Sr. Presidente, é um prazer compartilhar desta Mesa nesta tarde. Minhas queridas amigas Deputadas Luzia, Rosângela, Ana e Maria Tereza, com as quais tenho orgulho de compartilhar os trabalhos em prol de uma sociedade melhor, todos os dias, nesta Casa; minha querida Eliana Piola, mulher incansável, amiga defensora dos direitos das mulheres, em cuja pessoa cumprimento todas as demais autoridades que compõem a Mesa; queridas amigas homenageadas, mulheres que nos têm dado tanto orgulho e por essa razão merecem ser homenageadas por esta Casa neste mês, boa tarde.

Temos muito a comemorar. Avançamos bastante. Mas é importante ter um mês para homenagear as mulheres a fim de não perdermos o foco. Nós, mulheres, avançamos, mas apenas começamos. Ainda ficamos estarecidas porque mulheres são violentadas todos os dias, porque há estupro coletivo, porque a mulher ainda ganha menos que o homem, porque, a todo momento, a cada minuto, há uma mulher sendo espancada e uma criança sendo assediada. É preciso ter dias como este para que possamos mostrar que as mulheres têm empunhado bandeiras com grande clamor social, como o Mães de Minas contra o Crack.

A bancada feminina escolheu homenagear as mulheres que conseguem, por meio de sua dor e de seu sofrimento, lutar para que tenhamos uma sociedade mineira sem drogas. Os filhos estão nas ruas, as mães estão desesperadas e não sabem o que fazer, porque o sistema de saúde e a rede de atendimento do Brasil estão apenas se organizando. Essas mulheres conseguem empunhar bandeiras para que possam ser mais fortes e ainda ajudar toda a comunidade. As mulheres têm empunhado bandeiras de clamor social, como minhas amigas aqui presentes, as Caminhantes da Estrada Real, que se preocupam com o meio ambiente e fazem um trabalho maravilhoso com o próximo.

Homenageadas que aqui estão de todas nós mulheres desta Casa, é preciso perceber que hoje há uma mulher no Comando da polícia. Nas ruas de Belo Horizonte, as mulheres policiais da Capital estão avançando, mas ainda não estamos no poder. A participação política das mulheres ainda é pequena, somos apenas cinco Deputadas na Assembleia. As mulheres são mais da metade da população deste país, mas ainda há cidades, como, por exemplo, Uberlândia, que tem mais de 700 mil habitantes e 480 mil eleitores, que nunca tiveram uma mulher Prefeita. Sou a primeira mulher da cidade e da região que é Deputada. Percebemos que o número de Vereadoras aumentou bastante, mas às vezes as mulheres só conseguem se candidatar no Município porque têm de ficar próximas à família. Quando elas têm de se deslocar para Brasília ou para Belo Horizonte, ainda enfrentam dificuldades para entrar no poder. Apesar de tudo, há mulheres como a Maria Elvira, que sempre lutou. Ela é uma mulher dinâmica, é empresária e Presidenta do PSB Mulher, foi Deputada Estadual e Federal e a vida inteira lutou para que as mulheres tivessem seu espaço.

Hoje gostaria de fazer uma homenagem à minha amiga Maria Cecília, que foi historiadora, uma mineira que escreveu o seu nome no movimento estudantil na luta contra a ditadura e pela anistia e na fundação do Movimento Popular da Mulher em Belo Horizonte desde 1983. A partir daí, estive muito presente na luta pelos direitos da mulher. Maria Cecília Magalhães Gomes, do Fórum das Mulheres de Belo Horizonte, faleceu em setembro de 2012. Fica aqui o meu carinho à minha amiga Cecília, uma mulher generosa, de alma enorme, e que passou a vida inteira lutando para que as mulheres mais pobres pudessem ter renda, emprego e voz. A independência da mulher começa pelo bolso. Ela precisa se profissionalizar para reforçar sua autoestima. Fica aqui a homenagem desta Casa à Maria Cecília e a sua família, porque realmente ela foi uma mulher que escreveu a sua história e nos orgulhou com sua presença, com aquele olhar infantil, aquele coração enorme e aquela grande generosidade. Ela foi uma mulher firme nos propósitos de defender a luta feminista. Mas ainda temos de lutar, porque mulheres sofrem estupros coletivos.

Nesses dias fiquei absurdamente horrorizada, pensei que fosse uma piada ou uma brincadeira de mau gosto, quando soube que o governo da Bahia, no concurso público para admissão de Delegadas, Escrivãs e policiais civis, exigiu atestado de virgindade. A candidata que possui o hímen íntegro está dispensada de entregar os exames que constam no item 11.12, 21, inciso VI, e coisa e tal. Ainda era preciso apresentar o carimbo, CRM do médico e assinatura, caso não quisesse passar por exames ginecológicos e participar de um concurso público. Desde quando problemas ginecológicos dirão que a candidata está inapta para exercer a profissão de Delegada? Por acaso serão exigidos os exames dos homens também? É lógico que fiz uma nota de repúdio encaminhada ao governo da Bahia, porque em pleno século XXI pede-se para apresentar atestado de virgindade em concurso público.



Minhas amigas e meus amigos, é preciso que Deus lhes dê muita força, a cada uma de vocês, a cada uma das minhas amigas Deputadas, a você, Eliana, que tem feito um trabalho brilhante. Eliana Piola, conseguimos que as cidades acima de 50 mil habitantes pudessem ter sua delegacia de mulheres. Eu sei que ainda é muito pouco, mas todas vão ter sua delegacia. Conseguimos também as torçozeiras para os homens que abusam das mulheres e as espancam. E que isso possa se expandir para todo Estado de Minas Gerais, porque a mulher denuncia, mas em seguida é assassinada. É preciso ter um mecanismo que apite quando o agressor está passando perto, para que a mulher tenha um mínimo de segurança. Ela terá um aparelho, e ele, outro. É preciso que os movimentos sociais, movimentos feministas e associações exijam que todas as delegacias tenham esse instrumento, para que as prisões não fiquem abarrotadas, mas as mulheres tenham um mínimo de segurança.

Portanto, meninas, ainda temos muito para fazer, temos muito que lutar. Mas hoje é um dia especial. Quero parabenizar todas vocês que estão sendo homenageadas, sejam donas de casa, empresárias, médicas. Deputado Elismar Prado, Deputado Dinis Pinheiro e Deputado Hely Tarquínio, queridas amigas Deputadas, fico orgulhosa de poder compartilhar esta tribuna e nela lutar para que possamos ter todos os instrumentos e políticas necessários para que as mulheres tenham sua emancipação. Sobre o tema política social e econômica, que possamos ter uma reforma política que realmente dê espaço para fazermos grandes mudanças neste país. Portanto, contem com minha voz, minha força e meu empenho. Esta palavra, esta oportunidade de usar a tribuna da Assembleia de Minas Gerais é muito importante para sermos exemplo, espelho e voz de mulheres que não têm espaço para falar de suas dificuldades, sofrimentos e necessidades, mas que nesta Casa e em várias Comissões realmente encontram amparo. A Assembleia de Minas trabalha de verdade. Fico orgulhosa de poder compartilhar este momento neste dia com vocês e de dizer: sigam em frente, nós apenas começamos a buscar um mundo em que homens e mulheres vivam lado a lado, respeitando um ao outro, e que a nossa dignidade seja respeitada em todo minuto, em todo momento. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Luzia Ferreira

Boa tarde a todos os que nos dão a honra de sua presença. Na pessoa do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e do nosso Vice-Presidente, Deputado Hely Tarquínio, e na pessoa da Eliana Piola, que está nos prestigiando, cumprimento toda a Mesa, minhas amigas e companheiras Deputadas. Permitam-me dar um abraço carinhoso à delegação do Grupo Amigos, que veio em grande número. Muito obrigada. É um grupo muito bacana de convivência e de apoio à melhor idade. Estou vendo o Deputado Elismar Prado, e nessa luta ter apoio dos nossos companheiros é sempre muito importante. Permitam-me agradecer e destacar a presença da Delegada Ana Maria, que teve atuação muito importante no caso do goleiro Bruno, que foi recentemente julgado e condenado pelo assassinato de sua companheira. A Delegada está fazendo história na Polícia Civil, mostrando sua determinação e seu valor.

O dia 8 de março foi instituído no ano de 1911, em um Congresso Internacional de Mulheres Socialistas. Esse dia foi um símbolo da luta das mulheres e, como tal, até hoje é comemorado mundialmente. Ele nasceu de um embrião, de uma organização internacional de mulheres, como um símbolo da luta por direitos e igualdade. Tudo começou há 100 anos, ou um pouco mais, 102 anos. Naquela época, as mulheres não votavam, não tinham o direito de votar nem de serem votadas. Elas tinham uma presença insignificante no mercado de trabalho e não estudavam. O espaço da escola era basicamente destinado aos homens. A mulher que tinha alguma chance apenas sabia ler e escrever. Além disso, não tinha presença no espaço público.

Em 1919 uma advogada recorreu à Justiça para ter o direito de concorrer a um concurso público, porque era vedado à mulher participar de concurso para ingressar na administração pública. Ou seja, essa era a realidade das mulheres. Nosso espaço era o da casa e do lar, aliás, não tínhamos voz nesse espaço também. O que se destinava à mulher era casar, ter filhos, muitos filhos. Fazer a reprodução da espécie era basicamente a nossa função.

O mundo mudou nestes 102 anos. Tivemos duas guerras mundiais e várias outras. O mundo se dividiu no século XX em dois blocos: comunista e capitalista. Vivemos praticamente o século XX com o dilema de optar entre essas duas polaridades do mundo. Assistimos, portanto, a isso. Um dos blocos ruiu: o comunista. Ele cresceu, se fortaleceu, mas ruiu no final do século XX. Nosso mundo também mudou, e isso foi fruto da determinação de mulheres do mundo todo, de diferentes ideologias. Mas sempre unidas por serem mulheres, lutando por seus direitos, para um mundo em que pudessem ser respeitadas e consideradas cidadãs, sem falar que eram de segunda categoria.

No Brasil, 1932 foi um marco importante, porque conquistamos o direito de votar e de ser votadas. Na Constituinte de 1988, conquistamos a igualdade na lei. Pela Constituição somos cidadãs plenas e não sofremos discriminação. Conseguimos também o direito, em massa, de ir para o mercado de trabalho, e conquistamos quase 50% dele. Invadimos os bancos escolares e, em qualquer nível, somos maioria. Somos mais escolarizadas e estudamos mais. Hoje somos respeitadas e estamos presentes em todas as profissões. Se cada uma de vocês pensar, se lembrará de uma mulher dirigindo, participando, e participando bem.

Uma das minhas homenageadas é a Cel. Cláudia Romualdo. Ela é um exemplo da quebra de paradigmas. Essa é a primeira vez em que uma mulher assume o Comando do policiamento da Capital, dirigindo 5.600 policiais. Ela conquistou isso por mérito, em um ambiente que sempre foi extremamente masculino e hierarquizado, como é o da polícia, e em uma área extremamente estratégica, a da segurança pública. Ela está quebrando paradigmas. Cito isso porque hoje é comum a mulher quebrar paradigmas de atuação. Escolhi as minhas homenageadas em duas áreas extremamente importantes, até mesmo para nós e para a sociedade: a saúde e a segurança pública.

A Marta de Sousa Lima, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde, também é gestora do Mães de Minas, que é um programa extremamente relevante e revelador para nós mulheres. Na Constituinte, Marta, nós, do grupo Lobby do Batom, lutamos muito. O resultado disso está na Constituição. A maternidade tem de ser considerada uma função social. Ela não é um problema das mulheres, da mãe, uma responsabilidade da mulher e que tenha de ser punida. Há 40, 50 anos, as mulheres casadas, com filhos, não conseguiam entrar no mercado de trabalho. Eles as consideravam potencialmente problemáticas, pois faltariam muito ao trabalho para levar o filho ao médico, acompanhá-lo na escola e, caso o filho ficasse doente, teriam de cuidar dele. Portanto, temos esses exemplos



de que a mulher casada e com filho ficava ausente do mercado de trabalho, por ser mãe. Então, era a sociedade punindo a mulher por exercer talvez a mais genuína função de gerar, o poder de dar à luz.

Então, quero aqui citar um caso emblemático que atingiu a nossa Secretária de Planejamento, Renata Vilhena. Ela era estudante, casada e foi estagiária da Associação Comercial de Minas. Isso aconteceu há pouco tempo, no início da década de 80. A Associação Comercial tinha uma norma de que mulher casada não podia trabalhar lá. Ela foi contratada como estagiária, mas só depois descobriram que ela era casada. Então, ficaram com o dilema de demitir a Renata Vilhena. E ela, com a ação das mulheres empresárias que já começavam a se organizar – entre elas a Maria Elvira, a quem se referiu a Liza - levantaram o movimento para a Associação Comercial mudar a regra de que mulher casada não podia trabalhar lá. Repito, isso aconteceu outro dia, em 1982 ou 1983. Isso nos mostra que temos de valorizar a maternidade como sendo também uma função social. Aí, uma das minhas escolhidas. Quero valorizar o projeto que está em andamento, que reconhece não apenas essa função mas também dá dignidade à mãe e à criança para diminuirmos a mortalidade materno-infantil, porque essa é uma morte evitável. É importante que a mulher que deseja ser mãe receba toda a acolhida e atenção para que cumpra seu papel com tranquilidade e segurança.

Companheiras, o mundo mudou; nós também mudamos; a sociedade já nos incorporou e nos aceitou, mas, neste dia, continuamos aqui reunidas para lembrar, reverenciar as mulheres que, com suas ações, também estão ajudando a criar paradigmas e novos conceitos. Mudar conceitos é algo que acontece muito lentamente, principalmente os relativos ao patriarcalismo, ao machismo e à discriminação que ainda acontece. Reafirmo que hoje somos quase 50% da força de trabalho – e, podem escrever, seremos maioria dentro de 15 anos por causa da nossa escolarização. Mas, infelizmente, continuamos a ganhar menos e somos menos valorizadas na ocupação dos postos de chefia. Já na política, é um vexame. Somos 10%. Esse é um problema do País, e não nosso. É um problema da nossa democracia que precisa contar com o apoio dos nossos valorosos companheiros, dos partidos políticos, da sociedade, para que possamos ter um poder mais compartilhado. Nenhuma democracia pode se dizer plena, legitimamente representante de todos, se não tiver o compartilhamento do olhar, da presença, da experiência de 50% que compõem a população.

Vamos continuar lutando para que esses conceitos que ainda nos dificultam o exercício da nossa caminhada possam ser eliminados. Uma mudança significativa acontecerá no dia em que tivermos a presença de mulheres com mais decisão nos espaços políticos, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias, no Congresso Nacional, nas Prefeituras, enfim, nas presidências dos partidos políticos, para mudarmos essa ainda vergonhosa situação da mulher, como esse índice de violência que envergonha a todas. Um beijo a todas. Parabéns a vocês que fizeram e continuam fazendo a diferença.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

Boa tarde a todos. Sr. Presidente, permita-me hoje quebrar o protocolo e cumprimentar primeiramente a bancada feminina. Somos apenas 5 Deputadas entre 77 parlamentares. Vejam que a nossa responsabilidade é muito grande. Representamos 52% da população de Minas. Cumprimento as minhas grandes colegas Ana Maria, Liza Prado, Luzia Ferreira e Rosângela Reis. Essa é só uma maneira de dizer que, de fato, estamos presentes. Ao lado, está o nosso Presidente Dinis Pinheiro, a quem cumprimento. A nossa bancada solicitou que não seja realizada reunião especial nesta Casa sem a presença de pelo menos uma mulher na Mesa. Às vezes, há 15 ilustres autoridades e nenhuma mulher. Essa reivindicação foi atendida prontamente. Ficamos atentas porque, de fato, isso é simbólico, mas é uma forma de dizer que estamos aqui. Deputado Hely Tarquínio, na sua pessoa, cumprimento todos os Deputados que aqui estão e os que estiveram. A Eliana Piola estava ali rindo enquanto eu dizia isso, mas a sua responsabilidade é grande na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais. Na sua pessoa, cumprimento todas as representantes do governo estadual. Cumprimento ainda o Dr. Gilberto, Presidente da OAB de Betim, os advogados e as advogadas aqui presentes – estamos homenageando a OAB. Depois, falaremos sobre isso. Agradecemos à Deputada Federal Margarida Salomão, que limpou toda a sua agenda para estar aqui conosco. Ela teve de voltar a Brasília. Temos apenas duas representantes mineiras na bancada federal: a Margarida e a Jô, que foi Deputada Estadual. Elas representam todo o nosso Estado na Câmara dos Deputados, sobretudo as mulheres. Cumprimento ainda todas as funcionárias e assessoras desta Casa, competentes e dedicadas - não poderia deixar de mencioná-las; a Marcinha, nossa amiga e diretora do Consórcio Mulheres das Gerais; a Ofélia, líder do movimento de igualdade racial; a Conceição, da área da saúde; o Clube de Mães de Sarzedo; o Vereador Zu, de Sarzedo; todas as autoridades, todas as mulheres, todas as homenageadas.

Março é mês de celebrar as conquistas da mulher em nossa sociedade, mas sobretudo de refletir sobre os seus direitos. Neste ano, dedicamos mais uma vez esta data a todas as mulheres, mas principalmente àquelas que lutam para tirar os seus filhos do mundo das drogas, esse câncer social que está assolando a nossa sociedade. A educação precisa também ser uma das nossas maiores armas, para que crianças, jovens e adultos não entrem nesse mundo. Temos sempre de lembrar isso. Vivemos num mundo de rápidas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que proporcionam grandes facilidades, comunicação em tempo real, mas também num mundo de grandes mazelas, como o “crack”, que é uma violência aos jovens, às famílias, especialmente às mulheres, aquelas que mais sofrem com o envolvimento de seus filhos, de sua família com a droga.

Felizmente, pela primeira vez, temos no Brasil uma Presidenta que conhece as necessidades deste país. Em 2011, a Dilma lançou o programa Crack, É Possível Vencer, com o objetivo de encontrar alternativas. Não há uma solução mágica. É preciso integração entre as três esferas do poder e da sociedade civil nessa luta e nessa guerra. É isso o que muitos estão fazendo. E é preciso fazer cada vez mais. Temos de apoiar o investimento de 100% dos “royalties” do petróleo na educação. Essa é uma forma de evitar o “crack”, o tráfico. Precisamos de mais educação, e educação de qualidade, valorização dos profissionais da área.

Quero lembrar que aos Municípios cabe a prevenção. Tive uma experiência muito interessante em Betim, onde resido. A Prefeita Maria do Carmo, mulher, minha irmã, investiu na escola de tempo integral. São 12 mil alunos beneficiados pelo projeto denominado Escola da Gente, que trabalha com a prevenção ao “crack”. Os jovens e as crianças têm direito à assistência permanente, para que os pais possam trabalhar.



Creio, sim, que o “crack” pode ser derrotado com ações de cuidado, prevenção e repressão nessa unidade. Ninguém sozinho vai vencer essa guerra. Por isso hoje a Assembleia de Minas homenageia esse exemplo de perseverança e êxito, o movimento Mães de Minas contra o Crack, coordenado por Dalvineide Almeida, a quem parabeno pelo trabalho. Ela falou sobre sua fé e espiritualidade. Sem dúvida, a experiência de Deus dá sentido à vida e é uma condição necessária para vencer o “crack”. Se a criança e o jovem têm sentido em sua vida, se são amados, realmente não irão para o caminho das drogas.

Também gostaria de lembrar, Maria José, que o nosso PT votou no quarto congresso a paridade de gênero, garantindo que 50% dos espaços partidários sejam ocupados por mulheres. Então, escolhi você, minha companheira de partido, a nossa Vice-Prefeita de Sarzedo, por ser uma mulher guerreira, mulher de luta, que desde a infância participa de ações sociais. Você foi Diretora, Vice-Diretora, professora, Vereadora e hoje, como Vice-Prefeita, também continua seu trabalho organizando as mulheres através de políticas públicas.

Outra conquista importante para as mulheres – aliás, gostaria de mencionar agora Betim – foi a criação da OAB Mulher, há 20 anos. E, na ocasião, estamos homenageando a Dra. Ivone de Siqueira Correia Leite, uma das primeiras mulheres de Betim a ter o registro da OAB, órgão que tem sido muito importante para nós no País inteiro para consolidar a nossa democracia.

Por fim, falemos de esperança neste dia. Termine com frases do Papa Francisco quando era ainda Cardeal da Arquidiocese de Buenos Aires: “Não nos conformemos em ler notícias de jornal ou ver televisão”; “Um coração cristão nunca está de férias: sempre está aberto ao serviço onde há necessidade, porque sabe que onde há uma necessidade há um direito”.

Parabéns, mulheres, pelo nosso dia. Que o nosso Deus, cujo filho veio ao mundo nascido de uma mulher, Maria, abençoe a nossa luta e consigamos construir a democracia de gênero em nossa sociedade, onde mulheres e homens são companheiros e constroem juntos uma sociedade justa e fraterna. Não há outro caminho. Que possamos superar todas as divergências partidárias e que nos unamos no objetivo comum que está sendo focalizado hoje: a luta contra esse grande câncer social que é o “crack”. Na verdade, a luta é maior ainda. Que as mulheres realmente tenham seus direitos garantidos e que não haja violência. Que mulheres e homens possam verdadeiramente ser felizes, afinal foi para isso que Deus nos criou: para sermos felizes. Que não haja preconceito, mas vida abundante para todos e todas. Um grande abraço. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Rosângela Reis

Quero neste momento saudar o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa; as nobres Deputadas da bancada feminina desta Casa: Luzia Ferreira, Ana Maria Resende, Liza Prado e Maria Tereza Lara. Na pessoa da Sra. Eliana Piola, cumprimento toda a Mesa e também as mulheres homenageadas aqui presentes e participantes deste evento. Saudação especial a todas as mineiras e a todos os homens que estão aqui participando, os Deputados Jayro Lessa e Elismar Prado e também os que nos acompanham pela TV Assembleia.

É uma alegria imensa poder participar como Deputada, mãe e pessoa deste momento especial que homenageia as mulheres mineiras e que faz o marco na história da nossa querida Minas Gerais. Sabemos que é um momento de reflexão, de homenagens, de grandes lutas que foram travadas por todas as mulheres ao longo dos anos. A ONU decretou o Dia Internacional das Mulheres em razão de um momento trágico, quando 129 mulheres morreram queimadas em uma fábrica porque reivindicavam menor jornada de trabalho, creches para suas crianças e melhores salários. Com o passar do tempo, as mulheres foram obrigadas a manter suas famílias por causa de uma luta. Elas precisavam buscar trabalho, mais espaços, formas de sustento porque seus maridos, seus companheiros iam para a guerra.

Essa história nos lembra também, neste momento, que não podemos parar. Aqui vejo que o foco, o tema da homenagem foi feliz - escolhemos junto com a bancada feminina, com a equipe técnica desta Casa: a mulher no combate ao “crack”. Isso a Assembleia Legislativa vem abraçando, Presidente. Foi instituída a comissão especial, foram feitas várias audiências públicas em diversas cidades de Minas Gerais e também houve um consolidado para buscar políticas públicas junto ao Estado, que é um relato importante para que seja incluído no Orçamento investimento para combater esse mal que nos assola, que não escolhe classe social, está em todas as classes: A, B, C e D. O “crack” está entrando nas casas e acabando com as famílias, está desestruturando as famílias. Como mulheres, não podemos deixar isso de lado.

Vejo que a mulher já alcançou vários espaços. No mercado de trabalho hoje há mulheres empresárias; há mulheres na segurança pública, como a Cláudia, no maior escalão da Polícia Militar; há mulheres Presidentas da República, Secretárias de Estado, Ministras. Isso nos enche de orgulho. Mas precisamos travar as lutas e dar continuidade a elas por melhores políticas públicas.

A mulher, enquanto partícipe de conselhos, de sindicatos, de movimentos sociais, pode contribuir muito para melhorar a vida das pessoas, para cuidarmos mais de nossos filhos. É por esses filhos que hoje as mães nos procuram como ponte e como ajuda, como apoio, pedindo que os encaminhem a uma casa de recuperação para que eles tenham tratamento. Esse tratamento é direito deles, é política pública de Estado, sim, de governos, é política para os governos investirem em recursos.

Quero destacar que o governo de Minas está disponibilizando mil vagas para as instituições que tratam da recuperação de dependentes químicos. Isso será fundamental, será importante para dar esses encaminhamentos a pessoas que não podem pagar um salário por mês para a instituição custear seu tratamento. Então, faço esse destaque de as mulheres lutarem por políticas públicas. Considero, Presidente Hely Tarquínio, ser uma luta política e social que temos de travar pela saúde das pessoas.

Temos de investir e trabalhar pela prevenção, que é importante. Não podemos nos esquecer da prevenção nas escolas públicas, nos movimentos sociais e nas igrejas. Precisamos nos unir contra esse grande mal em que a sociedade está envolta, a violência, como foi dito aqui. Todos estamos sujeitos a sermos violentados também nas nossas casas. Não adiantam grades nem revólver, armas. A repressão não é o caminho. Temos de trabalhar a prevenção e o apoio a essas pessoas. A prevenção é, realmente, importante.

Destaco, entre minhas homenageadas do Vale do Aço aqui presentes, a Sra. Márcia Miranda, Presidente do Conselho da Mulher de Coronel Fabriciano, da associação comercial. Veio com a delegação das componentes do Conselho. Agradeço a presença de todas. Ela é empresária da Clínica Reabilitar, Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora, que tem realizado diversas ações importantes,



das quais destaco: a realização do casamento comunitário de Coronel Fabriciano, que permitiu a casais de baixa renda que não vivem em união estável a oportunidade de legalizar o casamento; doação de leite, mel e alimentos a entidades carentes; arrecadação de brinquedos para doação a instituições da cidade; realização de eventos educativos que abordam temas como alimentação de baixo custo, cursos profissionalizantes e de artesanato gratuitos em parceria com entidades como o Sebrae.

Destaco também a Sra. Fátima Salles, empresária do setor óptico de Ipatinga e administradora de empresas, Diretora da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Prestação de Serviços de Ipatinga - Aciapi - e fundadora do Conselho da Mulher Empreendedora de Ipatinga, criado em 2005. Atualmente, é Vice-Presidenta do Conselho. Está cotada entre os favoritos para presidir a Associação Comercial de Ipatinga na eleição de maio. Assim, seria a primeira mulher no cargo em 47 anos da entidade. Trouxe outras 20 mulheres para participar diretamente da entidade. Segundo Fátima Salles, as mulheres são empreendedoras natas, competentes e atentas a detalhes. Abriu a primeira loja do Ponto Óptico no Bairro Veneza II.

Então, essas mulheres são exemplo de trabalho, de empreendedorismo, de participação na sociedade. Vejo, Fátima, que você está colocando o seu nome nessa disputa não para ir para o poder, mas, sim, com a missão de ser mulher, de estar competindo e buscando esse espaço para as mulheres do Estado de Minas Gerais.

Assim, nosso muito obrigada. Que mais mulheres participem com coragem, com afinco, com vontade, que é o que nos estimula para que possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas. Esse é o motivo de estarmos nesses espaços. Que façamos mais por nossa sociedade. Que Deus nos abençoe. Parabéns a todas as mulheres mineiras e um grande abraço.

Entrega de Placas

A locutora - Neste momento, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais fará a entrega de placas comemorativas a mulheres que prestaram relevante contribuição à sociedade mineira, com os seguintes dizeres: “Toda mulher são muitas. Porque, na essência, cada uma guarda múltiplos anseios e habilidades, tem razão e emoção na medida certa e é capaz de doar-se infinitamente. Ao render esta justa homenagem, a Assembleia Legislativa busca reconhecer essa diversidade tão própria das mulheres, que impulsiona e beneficia toda a sociedade”.

O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, entregará placa à Sra. Dalvineide Almeida Santos, coordenadora do movimento Mães de Minas contra o Crack.

Convidamos a Deputada Ana Maria Resende para fazer a entrega das placas às homenageadas Sra. Terezinha Murta Malaquias, voluntária das obras sociais, em especial ao idoso, do Município de Curral de Dentro, e Sra. Maria Domingas Marchese, Prefeita Municipal de Formoso, representada por Gabriela Gonçalves.

Convidamos a Deputada Liza Prado para fazer a entrega das placas ao homenageado Sr. Luís Magalhães, representando Maria Cecília Magalhães Gomes (“in memoriam”), fundadora do Movimento Popular da Mulher, e à Sra. Maria Elvira Salles Ferreira, Vice-Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas –, representada por Patrícia Barbosa. Convidamos a Sra. Joana d’Arc Magalhães para ser homenageada.

Convidamos a Deputada Luzia Ferreira para fazer a entrega das placas às homenageadas Sra. Marta de Sousa Lima, gestora do Programa Mães de Minas, e Cel. Cláudia Araújo Romualdo, Comandante da 1ª Região da Polícia Militar e do Comando de Policiamento da Capital.

Convidamos a Deputada Maria Tereza Lara para fazer a entrega das placas às homenageadas Sra. Maria José do Amaral Maia, Vice-Prefeita do Município de Sarzedo, e Ivone Siqueira Correia Leite, advogada.

Convidamos a Deputada Rosângela Reis para fazer a entrega das placas às homenageadas Sra. Maria Rosa de Fátima Salles Fonseca, fundadora do Conselho da Mulher Empreendedora de Ipatinga, e Márcia Martins Silva Miranda, Presidente do Conselho da Mulher Empreendedora de Coronel Fabriciano.

- Procede-se à entrega das placas.

O Sr. Presidente - Vamos aproveitar e pedir à Margareth e às demais servidoras da Casa que entreguem as flores aos rapazes também, pois certamente eles vão querer presentear a mãe, a mulher ou a filha com essas lindas rosas. Por favor.

Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “mulher”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente – Vocês gostaram do evento, da solenidade, ficaram superfelizes? Nós, mais ainda. E as rosas? Lindas? Um beijo no coração de todas vocês. A presença de todos foi muito carinhosa. Que possamos continuar caminhando e certamente, pela estrada da fé de Jesus, vamos juntos por uma sociedade melhor, que respeite as nossas queridas mulheres. Deus abençoe, paz, saúde e parabéns.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/3/2013

Presidência dos Deputados José Henrique e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Gilberto Abramo; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento – Questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de quórum para a continuação dos trabalhos - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425; discursos do Deputado João Leite, da Deputada Liza Prado e do Deputado Gilberto Abramo; questão de ordem; discurso do Deputado Gilberto Abramo; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Hely Tarquínio - Dilzon Melo - Neider Moreira - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Mário Henrique Caixa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, como hoje há jogo do Atlético Mineiro, o Deputado Mário Henrique Caixa cansa a sua garganta lendo a ata, porque haverá muito gol para ele narrar. Da próxima vez, V. Exa. poderia nomear outro Deputado para fazer uma leitura tão extensa.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente – Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425 seja apreciado em terceiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Gilberto Abramo - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente – Votaram "sim" 17 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Somados aos 5 Deputados em comissões e à presença dos Deputados Gilberto Abramo e Rogério Correia e desta Presidência, perfazem o total de 26 parlamentares presentes, número insuficiente para votação, mas suficiente para a continuação dos trabalhos. A Presidência torna a votação sem efeito e declara prejudicado o requerimento do Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado João Leite – Sr. Presidente, solicito a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Jayro Lessa) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados. Portanto, não há quórum para votação, mas há quórum para a continuação dos trabalhos. Antes de passar a palavra ao Deputado João Leite, apesar de o Deputado Rogério Correia estar ausente, registro que, no § 4º do art. 249 do Regimento Interno, consta: “Existindo matéria a ser votada e não havendo quórum, o Presidente da Assembleia poderá aguardar que este se verifique, suspendendo a reunião por tempo prefixado”. É possível ainda solicitar a recomposição de quórum. Foi isso que a Presidência fez. O Deputado Rogério Correia entrou no Plenário - registrei a sua presença -, saiu novamente e depois veio ao microfone dizer que eu havia descumprido o Regimento Interno. Estou agindo de acordo com o Regimento.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.425, que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Que bom V. Exa. ter garantido a oportunidade de discutirmos. A intenção era encerrarmos a reunião, mas V. Exa., como sempre, com muita sabedoria e firmeza, próprias da sua carreira como parlamentar nesta Casa, garantiu a continuação dos nossos trabalhos. Queria parabenizá-lo e externar nossa admiração pelo seu trabalho, que tenho a honra de compartilhar por cinco mandatos nesta Casa. O Deputado João Leite é pessoa amiga e está sempre à disposição da população de Minas Gerais e desta Casa.



Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o Governador vetou integralmente o projeto que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. Essa é uma discussão importante. A Deputada Liza Prado é autora da matéria. Além de apresentar essa proposta, a Deputada nos dá a oportunidade de fazer uma análise mais profunda da questão. Deputada Liza Prado, é muito interessante V. Exa. tratar de questão muito presente no Brasil.

O Estado é laico, tem de estar distante das religiões? A proposta de V. Exa. trata justamente disso. Como as crianças judias e adventistas adoram o Deus no sábado, a Deputada quis garantir a essas crianças e a esses jovens o direito de não se submeterem nesse dia, que lhes é impróprio, aos exames da rede estadual de ensino. Dá-nos a oportunidade de pensarmos que, efetivamente, o Estado é laico, mas as pessoas que nele estão são religiosas. Neste momento, estamos tendo uma discussão muito grande a esse respeito. Não há jeito de retirar a religião do Estado, porque as pessoas, os estudantes são religiosos.

Ví com muito carinho a intenção da Deputada Liza Prado, que alcança algo fundamental para todos nós, que está além da nossa Constituição: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10/12/48. Nessa data, o mundo, envergonhado com a morte de 6 milhões de judeus, por causa da religião deles, uniu-se para escrever uma carta, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que trata justamente disso. A Deputada está amparada em sua proposta nessa carta, subscrita também pelo nosso país e por diversas nações. Terei a oportunidade de falar mais sobre isso. Recentemente vimos a intenção do governo federal de retirar os símbolos religiosos, como as Bíblias, das repartições públicas. Vejo que acima do nosso painel há um crucifixo.

Teria de pedir aos bombeiros para trazer a escada Magirus e retirar aquele crucifixo. Sempre me perguntei: quem colocou aquele crucifixo lá? Aquele crucifixo pertence a quem? Pertence ao povo mineiro, à fé do povo mineiro, como as igrejas e as cidades históricas de Minas. Já que estamos em terreno público, vamos derrubar as igrejas? Vamos derrubar o Cristo Redentor, no Rio? Vamos retirar a Bíblia que está no Salão Vermelho, dos Deputados, e eu nem sei quem é que a colocou lá? Ela pertence a algum Deputado? Não, pertence à fé, à religiosidade das pessoas. Ninguém pode mexer com isso. O Estado não tem de se intrometer na fé das pessoas. Por isso, a iniciativa da Deputada Liza Prado merece a atenção de todos nós.

Já falei demais, e ela aguarda um aparte, que irei conceder com muito prazer. Aproveito para parabenizar a Deputada Liza Prado por essa iniciativa tão louvável e importante, pois resguarda o direito do aluno matriculado na rede pública estadual de não se submeter a testes em determinados dias. Pois quem tem sua fé, naquele dia, não faz provas, exames nem trabalha. É possível obrigar essa pessoa a trabalhar nesse dia? A fazer exames nesse dia? O Estado não tem o direito de fazer isso.

Deputada Liza Prado, ouvirei a senhora, com todo o prazer.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado João Leite, agradeço-lhe as palavras. Minha intenção foi justamente lutar para que a liberdade religiosa prevaleça em nosso Estado. A Constituição Federal é clara, temos um Estado laico e liberdade de religião.

Estive pessoalmente com o Governador, porque houve um veto à proposição. Fui conversar com o Governador, apresentei-lhe argumentos jurídicos e todos os outros argumentos necessários para que realmente houvesse um parecer para derrubar esse veto. Fui pedir apoio ao Governador, pedi-lhe licença para derrubarmos seu veto. Deputado João Leite, expliquei ao Governador que a nossa Constituição é clara quanto a isso. Não estamos aqui, de forma nenhuma, querendo fazer com que o Estado fale que determinada religião é ou não correta. Ou que, simplesmente, uma medida administrativa diga que a partir das 18 horas, na sexta-feira, ocorra determinada prova. Se alguma religião, não só a adventista, mas qualquer outra, como o senhor bem disse, resguardar esse horário, que se possa fazer a prova em outro dia.

Deputado João Leite, na prática a Secretaria de Educação não marca provas às sexta-feiras, tampouco aos sábados. Mas sabemos que é necessário haver liberdade religiosa, pois hoje esta é uma decisão administrativa, não é uma lei, mas pode ser que um próximo governo resolva que todas as provas do Estado sejam realizadas às sexta-feiras. Então, é importante que a liberdade religiosa prevaleça. Ainda mais que hoje, em qualquer escola, se pode fazer uma prova substitutiva. Se o aluno perde a prova de sexta-feira, pode fazê-la na segunda-feira ou em outro dia. Isso também ocorre nas escolas particulares. Na prática, não vai mexer em nada no governo, administrativamente. Isso não atrapalha a Secretaria de Educação, não há dificuldade nenhuma para ela.

Apresentei todos os argumentos jurídicos. Aqui está o relatório, mostrando que entendemos esse esforço e, em razão da separação dos poderes, aqui está toda a justificativa. Mostrei o que trazem os arts. 2º da nossa Constituição Federal e 6º, e o Governador alegou que a proposição é ofensiva ao art. 90. Logo abaixo, mostrei a ele que, juridicamente, é muito ao contrário: a proposição que fiz dispõe sobre o direito fundamental da liberdade de consciência e de crença, baseada no art. 5º, incisos VI e VIII da Constituição Federal, que diz que caberá à administração pública, por meio da competência privativa do Chefe do Executivo Estadual, nos termos do citado art. 90, disciplinar a forma como a rede pública de ensino estadual procederá para o cumprimento do mandado constitucional, efetivando e resguardando esse direito fundamental de crença religiosa.

A diferença, Deputado João Leite, é clara entre o enfoque de resguardo do direito fundamental dado pela proposição vetada e o enfoque dado pelo Chefe do Executivo Estadual, que confundiu tal proteção. E não foi ele, mas seus assessores, com a usurpação de competência, não lograda uma possível intervenção na forma da administração pública. Portanto, na verdade, nada existe. E tanto é assim que, nas próprias razões do veto, isso ficou bem claro, quando alega que a proposição constitui a imposição aos estabelecimentos da rede pública estadual de ensino de buscar alternativas em dias e horários letivos regulares.

Temos competência para disciplinar essa matéria, com o que o Governador concordou. A Casa Civil emitiu um parecer anunciando que, se o projeto se conservasse da forma como estava, não havia como ser favorável a ele. Se disséssemos não só para os adventistas, mas também para todos os outros, estaríamos trabalhando de uma forma universal, como prevê a Constituição. Então, apresentamos uma emenda de acordo com aquilo que o governo propôs, e a matéria agora conta com o seu apoio.

Deputado João Leite, trata-se de liberdade religiosa. Sei que as pessoas que têm uma fé são discriminadas a todo momento, mas percebemos ser possível um Estado laico respeitar a crença de cada um. O que aqui fazemos nada mais é do que resguardar um direito fundamental. Podemos legislar naquilo que nos compete, o que está claro na Constituição Federal.



Fizemos um relatório grande, buscando os aspectos jurídicos, materiais e outros necessários. Agradeço-lhe, pois tenho a certeza de que o senhor atuará em nossa defesa. Peço o apoio de todos os evangélicos, a fim de que as pessoas que professam uma crença que guarda a sexta-feira possam ver esse dia preservado. Assim garantimos esses direitos, deixando-os resguardados em legislação, para os próximos governos.

O Deputado João Leite* - Deputada Liza Prado, além de sua intenção ser de grande valor, V. Exa. nos dá a oportunidade de travar este debate.

Enquanto V. Exa. falava, eu recordava um pouco a história, que é marcada pela perseguição religiosa. Imaginar que o povo judeu foi escravo, no Egito, por 430 anos, sem poder adorar a Deus - o Deus em que criam - , e debaixo da mão poderosa de Faraó, que era o grande governante. Podemos imaginar o poder desse impedimento da liberdade religiosa.

Depois, chegamos a Roma, onde os cristãos, ao proclamarem sua fé, eram impedidos de fazê-lo, numa Roma totalmente promíscua, em que os cristãos, com a sua vida, começaram a mostrar uma nova maneira de ser. Acho interessante quando dizem que os cristãos são conservadores, ultrapassados. Nós somos os modernos; ultrapassados são aqueles que se alinhavam com Roma, com festas desregradas, uma verdadeira confusão. E os cristãos deram sua vida pela fé.

Antes de conceder aparte ao Deputado Bosco, que tanto entende essa matéria relacionada à educação, Presidente que foi da Comissão de Educação desta Assembleia, com tanto brilhantismo, queria saudar o meu líder, Carlinhos Navarro, que ali se encontra. Chegou mais perto para que o vejamos, Carlos Navarro. Já está tão recuperado, que o convidamos para uma corrida no sábado. Ele veio a este Plenário para a nossa segurança, visto que comanda a base do governo na Assembleia Legislativa. Muito obrigado pela presença.

Ouçõ, com muito prazer, o Deputado Bosco.

O Deputado Bosco (em aparte)* – Agradeço ao amigo Deputado João Leite esta oportunidade e, ao mesmo tempo, cumprimento-o pela coragem, pela hombridade de subir à tribuna para defender esse projeto, que julgamos democrático e que vem corrigir uma interpretação diferente da nossa Constituição.

Temos aqui, caro Deputado João Leite, a definição do Estado laico, que é aquele que não possui uma religião oficial, mantendo-se neutro e imparcial no que se refere aos temas religiosos.

Geralmente o Estado laico favorece, através de leis – e aí está a lei - e ações, a boa convivência entre os credos religiosos, combatendo o preconceito e a discriminação religiosa. A definição de Estado laico é muito clara, e nós, que estamos num país onde existe uma grande diversidade de religiões, temos de proteger seus seguidores, para que possam praticá-las de acordo com as particularidades de cada uma.

Quero dizer ao Deputado João Leite e à Deputada Liza Prado que, ainda no ano passado, como Presidente da Comissão de Educação, tive o privilégio de ser o relator desse projeto, e o nosso parecer, obviamente baseado nas Constituições Federal e Estadual, foi favorável à matéria. Quero manifestar, portanto, nosso voto, Liza Prado, favorável à manutenção do projeto, contrariando a iniciativa do governo do Estado, nosso parceiro, o grande Governador Anastasia, que, depois dessa conversa com a parlamentar, já sinalizou que a derrubada do veto não resultará em dificuldade alguma para o Estado. Logo, meu voto será contra o veto. Parabéns, mais uma vez, João Leite.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Bosco. Parece-me que essa é até uma matéria vencida, porque já existe o entendimento acerca da derrubada do veto. Ouvirei, em seguida, o Deputado Vanderlei Miranda, porque é histórica nesta Casa a sua defesa pela liberdade religiosa e por todos esses direitos tão fundamentais à população de Minas Gerais e do Brasil.

Mas eu queria lembrar que temos de inserir com muita força nessa discussão o art. 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dispõe que toda mulher e todo homem são livres para exercer a sua fé, a sua religião, coletivamente ou de modo privado; enfim, para falar da sua fé, converter outros para a sua fé. Nossa discussão, portanto, está amparada em preceitos legais, que devem ser garantidos por todos nós.

Ouçõ, com muito prazer, o Deputado Vanderlei Miranda, que, tenho certeza, trará brilho à discussão que realizamos nesta manhã.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado João Leite, antes de mais nada, quero parabenizá-lo por usar de forma tão inteligente o tempo regimental e, ao mesmo tempo, parabenizar a Deputada Liza Prado, por ter se preocupado com um segmento religioso que devemos respeitar democraticamente. Por falar em democracia, é preciso lembrar que nós não vivemos numa teocracia, como ocorre em alguns países. Nosso modelo é democrático, e democracia pressupõe, em primeiro lugar, liberdade. Essa é uma palavra forte, que está garantida na nossa Constituição.

Quem nos assiste agora pode até se perguntar: por que os Deputados João Leite, Vanderlei Miranda, Liza Prado, Bosco e outros estão discutindo uma questão religiosa no Plenário da Assembleia? É exatamente porque a Constituição nos permite fazer o que estamos fazendo agora. A nossa Constituição, em seu art. 5º, § 8º, estabelece, de forma textual, que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política. Ninguém!

Portanto, a nossa Constituição, a nossa Carta Magna nos garante esse direito. Como a Deputada Liza Prado disse, hoje, existe em todas as escolas um instrumento que permite fazer uma prova substitutiva. Hoje, as escolas particulares cobram para aplicar essa prova, mas tem-se o direito de fazê-lo. Já existe uma conquista por parte desse segmento que quer resguardar o sábado, por exemplo, para não se prestar vestibular no sábado. Já há a conquista de poder fazê-lo separadamente. Tudo isso com base na Constituição. Embora às vezes não concordemos pessoalmente com o que determina a Constituição, é ela que nos protege. Darei um exemplo. Nesta semana, a Ministra Carmem Lúcia, usando da Constituição, deu abrigo à ação movida pelo Rio de Janeiro em relação aos “royalties”. Alguém pode pensar que uma Ministra do Supremo, mineira, deu abrigo a essa medida em detrimento dos interesses de Minas. Os nossos interesses são muito importantes e, num primeiro momento, eu a julguei de forma equivocada. Mas, ao ler os argumentos, cheguei à conclusão de que a nossa Constituição é inquestionável. Se ela diz que deve ser assim é assim que deve ser. Portanto, não se trata aqui de uma discussão religiosa, mas de uma discussão de direito consagrado na nossa Carta Maior.



Deputado João Leite, V. Exa. começou o seu discurso usando uma expressão que é invocada em situações como essa: o Estado é laico. Realmente, o Estado é laico, mas o povo brasileiro não é. E laico o Estado deve continuar. Nesta semana recebi um “e-mail” referente a um evento que será realizado no Sul de Minas. Haverá algo parecido com a canonização de uma pessoa que, para a Igreja Católica, tem grande importância, Nhá Chica. O governo está fazendo um investimento de aproximadamente R\$5.000.000,00 na infraestrutura para que as pessoas possam chegar ao evento: reforma do aeroporto, asfaltamento das estradas, etc. Então, uma pessoa me mandou um “e-mail” perguntando se isso seria possível, porque a Constituição veda a parceira da União, dos Estados e dos Municípios com as igrejas. Num primeiro momento, achei que essa pessoa tinha razão, mas ao abrir a Constituição li o seguinte: “É vedado à União, aos Estados e aos Municípios fazerem parceria com as igrejas”. Mas não para aí. A frase termina dizendo: “salvo em casos de interesse público”. Ou seja, há uma abertura para que esse investimento seja feito porque há interesse público, ou seja, quem não quer um aeroporto melhor, boas estradas em sua região? É claro que todos querem. Então, a Constituição, que diz que não pode, finaliza dizendo que é necessária essa intervenção.

Então vejo que essa diversidade de interpretações que a nossa Constituição nos dá basicamente vai resumir-se em um único ponto: o nosso direito de expressar a nossa fé. E, quando falamos em direito de expressar a nossa fé, é claro que não vamos definir que fé será essa. Sabemos muito bem - e V. Exa. assim como eu, que somos cristãos evangélicos - o que falamos quando nos referimos à profissão da nossa fé. Aqui está garantida a todas as religiões a sua liberdade, e não há por que não derrubarmos de fato esse veto, uma vez que já existe até jurisprudência nesse sentido. São direitos adquiridos, garantidos por esse segmento que quer guardar o sábado e não fazer outras atividades.

Sei que v. Exa. não tem nenhum problema em fazer qualquer atividade no sábado, assim como eu também não tenho. O fato de entender que não preciso guardar o sábado não me dá o direito de desrespeitar o princípio de fé que leva o outro a crer que precisa guardá-lo. Se conseguirmos a derrubada do veto, espero que o segmento que hoje defende a liberdade de guardar o sábado tenha uma vitória nesta Casa. Parabéns à Deputada Liza Prado! Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Sabia que V. Exa. acrescentaria muito a essa discussão que fazemos da tribuna da Assembleia Legislativa nesta manhã.

Queria dizer, Deputado Vanderlei Miranda, que não é fácil garantir liberdade religiosa - e cada dia fica mais difícil. Enfrentei isso; quando era atleta, vivi isso. O atleta, na alegria da vitória, expressa a sua fé de alguma maneira. Muitos são sambistas, pagodeiros, gostam de dançar, levantar uma bandeira ou fazer outras coisas. Eu queria expressar a alegria na minha fé em Jesus. Eu jogava com uma camisa que tinha a inscrição “Cristo salva”, mas a CBF me proibiu de usá-la. Fui proibido de jogar com a camisa que tinha aquela inscrição; o Atlético perderia pontos se eu jogasse com essa camisa. E me lembro até hoje de que a inscrição era tão pequena que, quando a CBF me proibiu de usar a camisa, a imprensa de todo o Brasil veio a Belo Horizonte me entrevistar. Lembro-me da pergunta de um repórter: “E agora, João Leite, que proibiram Jesus na sua camisa?”. Eu falei: “Da minha camisa podem tirar Jesus, mas do meu coração não. Vou segui-lo para sempre”.

Essa é a fé das pessoas. Muitas vezes lhes tiram o sábado; até a sua vida podem tirar, mas não conseguem tirar a sua fé; esta permanece. Há duas semanas o goleiro do Botafogo cortou o seu cabelo e o estilizou com um peixe. O peixe representa o cristianismo, é o símbolo dos atletas de Cristo. Já houve uma polêmica, porque querem proibir que ele use esse corte de cabelo. Vejam aonde estamos chegando. E esses que falam essas coisas dizem que são progressistas e que os religiosos são conservadores. Eles querem impedir as pessoas de se manifestarem, de terem a sua fé, mas isso é impossível. O que vão conseguir é um monte de cadáveres, porque as pessoas não abandonam a fé que possuem, continuam firmes nela. A Fifa proibiu os jogadores de tirar a camisa do time e mostrar uma camiseta manifestando a própria fé. Não é direito da Fifa, não é direito de ninguém retirar das pessoas a liberdade religiosa. É importante dizer isso; é importante dizer que isso está consagrado. Isso é acerto entre as nações para que não aconteça novamente o que aconteceu com os judeus.

Recentemente foi publicado um livro que merece ser lido. A autora é a Dra. Neusa Fernandes, historiadora que escreveu sobre os 300 anos de inquisição em Minas Gerais. O livro é muito interessante porque mostra como os inquisidores descobriam quem era cristão novo, quem tinha mudado o nome num batismo forçado em Portugal e vindo para o Brasil. Muitos deles se instalaram em Minas Gerais, em Barra do Cuieté, local em que nasceu o Deputado José Henrique. Muitos judeus foram para lá, e outros foram para o Serro Frio. Como é que descobriam que a pessoa era judia?

O Sr. Presidente - Deputado, sou natural de Abre-Campo e fui criado em Conselheiro Pena, no Distrito do Cuieté Velho. Em 1752, o Governador da capitania construiu uma estrada ligando Vila Rica ao Cuieté, no Vale do Rio Doce. O ouro foi descoberto lá em 1693. Cuieté é uma das primeiras povoações do Rio Doce, depois Ribeirão do Carmo e Vila Rica.

O Deputado João Leite* - Viram como provocamos o Deputado José Henrique, que nos deu uma aula de história? Então, ele não é de Barra do Cuieté, mas que se banhou no Cuieté, se banhou, rio afluente do Rio Doce. O Deputado morou e viveu no Cuieté Velho, para onde muitos judeus e cristãos novos foram e onde permaneceram, assim como no Serro Frio.

Deputada Liza Prado, como é que descobriam uma mulher judia? Em primeiro lugar, os inquisidores olhavam como ela varria a casa. A mulher judia varria o lixo para dentro da casa, e não para o quintal, e o recolhia dentro de casa. Às sextas-feiras, a mulher judia reunia a família à mesa, acendia uma vela e servia o jantar para a família. Como dizemos em Minas Gerais, “era batata”: aqueles eram judeus mesmo. Muitos foram presos, levados ao Rossio, em Lisboa, e queimados vivos. Esse livro é interessante porque mostra a perseguição religiosa e a insatisfação.

Podemos perceber, Deputada Liza Prado, Deputado Bosco e Deputado Mário Henrique Caixa, como é que esses que se dizem progressistas são tão atrasados. A inquisição já perseguia os religiosos. O faraó, no Egito, perseguiu os judeus e os manteve escravos por 430 anos. Nero, Calígula, os imperadores romanos já perseguiram os cristãos, não permitiam liberdade religiosa. Portanto, temos que ter muito cuidado com aqueles que hoje se dizem progressistas. Eles querem retirar a Bíblia das repartições públicas; querem retirar os símbolos religiosos. Muitas pessoas carregam crucifixos, moedinhas, uma cruz no colar. Imagino o dia em que criarão uma seção nas repartições públicas dos perseguidores daqueles que têm símbolos religiosos. Como temos a nossa querida taquigrafia da



Assembleia Legislativa, sempre anotando tudo que falamos e transformando em documento, nossa taquigrafia tão importante, a nossa área de comunicação, os nossos jornalistas, a nossa assessoria, a polícia da Assembleia, que merece todas as nossas homenagens, pois controla esta Casa sem um grito e sem uma arma, teremos também a seção daqueles que vigiarão a religião dos outros.

Se a pessoa estiver com uma bíblia, tomarão dela; se tiver um crucifixo no pescoço, arrancarão; virá aqui a escada Magirus para tirar aquele crucifixo que está em cima do painel do Plenário da Assembleia Legislativa; derrubarão o Cristo Redentor. Os progressistas querem acabar com a religião, com a fé das pessoas; acreditam que o Estado tem o direito de entrar dentro das pessoas e tirar-lhes a fé. Isso é impossível. O Estado perderá. Roma perdeu, assim como o Egito, que tinha tanto poder, a Pérsia, a Babilônia. Roma, com seu poder, teve tudo destruído.

Deputado Mário Henrique Caixa, lembro-me de um colega jogador: quando chegamos a Roma para jogar e passamos pelo Coliseu, ele, impressionado com o seu tamanho, disse: “Que obra estão fazendo aqui! Quando ficar pronta, ficará linda”. Dizem que Roma é uma cidade eterna, mas vemos ali, na verdade, um monte de cacos. O Coliseu, assim como outros monumentos, está se desmanchando. Mas ele achou que era uma obra, uma construção que estava sendo erguida em Roma. Tudo isso foi destruído, mas a fé das pessoas permaneceu, por isso merece, de nossa parte, todo o reconhecimento.

E ainda bem, pois sabemos como se dão esses vetos. Muitos técnicos vão procurando, nas prateleiras, algo para vetarem o projeto. Mas, Deputada Liza Prado, conversando com o Governador Anastasia, já tivemos sua garantia de que a liberdade religiosa deve prosperar em Minas Gerais, assim como a fé das pessoas. No nosso Estado, o Governador Anastasia, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a sociedade garantirão liberdade religiosa, pois não queremos voltar ao tempo da inquisição, não queremos inquisidores. Até entendemos o direito dos que não têm fé, mas não queremos a volta da inquisição nem do holocausto. Não voltaremos a isso. Em outro momento, apareceram os nazistas, que provocaram a morte de milhões de judeus, devido à fé. Era normal, naquele tempo, abaixarem as calças de um homem judeu para saberem se era circuncidado. Se fosse, já ia para a câmara de gás, para a fogueira.

Portanto, os Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Deputada Liza Prado, com sua sabedoria e conhecimento – os anos não são muitos, pois a Deputada é muito jovem, mas representou tão bem o povo de Uberlândia na Câmara Municipal daquela cidade e, agora, o povo de Minas Gerais na Assembleia Legislativa -, saberão o momento correto para votarem esse veto por um número importante de 48 votos favoráveis, já que houve a sinalização importante para mantermos esse projeto em Minas Gerais.

É muito interessante, Deputada Liza Prado, a liberdade religiosa. Na última eleição presidencial, houve toda aquela polêmica sobre a então candidata Dilma Rousseff, se ela era ou não a favor do aborto. Aliás, esse é outro tema impressionante: a garantia da vida. Aborto é algo ultrapassado, é mais antigo que tudo. Na antiguidade, quando Deus escolheu um povo, quis ensinar-lhe a não manter as mesmas práticas dos povos da Mesopotâmia, que pegavam suas crianças e as ofereciam em um ritual.

Havia o Deus Moloch que era uma grande estátua de pedra, ferro e metal, com uma corrente. Por trás daquela estátua, havia uma fogueira acesa; então, era uma estátua incandescente. Os bebês recém-nascidos eram colocados nas mãos daquela estátua, presos por uma corrente, e os sacerdotes puxavam aquela corrente até que os bebês fossem espremidos contra o peito daquela divindade, até a morte. Naquele tempo, já existia o aborto, mas um aborto diferente. Matavam-se crianças naquele tempo. As crianças rejeitadas.

Essas coisas são tão antigas que isso também acontece entre os povos indígenas brasileiros. Outro dia vivemos isso numa ação junto à Justiça Federal, em que o Juiz Castelo Branco tomou uma decisão importante para o nosso País. Existem cerca de sete ou oito nações indígenas em Minas Gerais, e se o parto é gemelar, a segunda criança a nascer está fadada a morrer. A criança também pode ser escolhida para morrer pela aparência. E isso aconteceu numa comunidade indígena em que a criança foi jogada no chão e pisoteada. Ela deu entrada no Centro-Geral de Pediatria em Belo Horizonte com fraturas múltiplas. A Dra. Soraia, médica do Centro-Geral de Pediatria de Belo Horizonte, recebeu essa criança ao lado de outros médicos fantásticos. Aliás, Deputados José Henrique e Hely Tarquínio, que é médico, devo lembrar-lhes que o Hospital João XXIII de Belo Horizonte foi reconhecido como o melhor hospital de urgência do Brasil, mas nós já sabíamos disso. Poderíamos até colocar uma placa dizendo “eu já sabia”.

Como estava dizendo, o Centro-Geral de Pediatria, que fica ao lado do Hospital João XXIII, recebeu essa criança indígena. Matar a criança logo que nasce é uma prática muito antiga. E, hoje, pode-se até matar a criança ainda no ventre da mãe, em razão de todo o desenvolvimento tecnológico. Isso é muito antigo. Quando o Faraó viu a expansão do povo judeu, ele mandou matar todas as crianças nascidas judias. Quando Jesus nasceu, o rei Herodes mandou procurar e matar toda e qualquer criança recém-nascida na Judeia.

O aborto também sempre existiu, mas os abortistas acham que eles são avançados e progressistas e que a mulher tem direito ao corpo dela. Mas e aquela vida que já é vida dentro do ventre da mulher? Ela não tem direito algum? A nossa Constituição e a Declaração Universal dos Direitos Humanos começam com o direito à vida, que são direitos retrógrados e conservadores. Entretanto, a nossa candidata à Presidência dizia que era favorável ao aborto. Posteriormente, quando se viu muito apertada na campanha, porque para mim, para a Deputada Liza Prado, para o Deputado Bosco e para esta Casa, majoritariamente, a vida é fundamental para nós, nesse caso ela recuou e ficou contra o aborto. E agora ela falou de sua relação com Deus, mas não deu para entender muito bem. Após tudo isso, ela esteve com o Papa. Vejam que avanço. Ela já tem a própria fé. Ela foi até o Papa com o seu segmento, com gente até demais, para beijar as mãos do Papa. Que mudança. As pessoas têm essa liberdade, que deve ser garantida a todos.

Portanto, eu disse particularmente à Deputada Liza Prado que apoio o projeto dela sempre, mesmo agora quando o projeto recebe esse veto. O meu apoio permanece.

A questão mencionada pela Deputada Liza Prado, para mim, está acima de qualquer outra coisa. Questões relacionadas com a vida e questões relacionadas com a fé estão, para mim, acima de toda as coisas. Mais do que foro íntimo, mais do que essas coisas, elas, para mim, pairam acima de tudo. Tenho o compromisso com a população de Minas de defender a vida. Tenho o compromisso com a população de Minas Gerais de defender a fé e farei isso com toda as minhas forças. Lembro-me de que, na minha carreira política, fui ameaçado de morte, em muitos momentos. Meus filhos pediam que eu recuasse e eu lhes dizia: não vou recuar, vou continuar fazendo aquilo em que acredito. Não recuarei, e esse é um importante momento para darmos essas provas.



Sinto, Deputada Liza Prado, que no País, em cada momento e daqui para frente, passaremos por essas decisões. Há outros elementos fundamentais, e quero, nesta manhã, firmar o meu compromisso muito forte com a família defendida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a família defendida na nossa Constituição. Defenderei, em todas as minhas posições, a vida, a fé e a família. Se hoje vivemos uma desagregação social; se hoje vivemos em um país onde mais de 500 mil pessoas estão presas e um número próximo a 400 mil pessoas estão cumprindo penas que não são restritivas de liberdade, pessoas que cometeram crimes; se a cada lugar onde a Comissão de Segurança Pública chega, em Minas Gerais, há uma solicitação de abertura de novas vagas para a guarda de adolescentes em conflito com a lei; se temos hoje uma explosão fantástica do uso de “crack” e outras drogas, no País; não tenho dúvida nenhuma - e também os especialistas não têm dúvida nenhuma disso - de que isso está ligado à desagregação familiar, à falta de apoio à família e à falta de apoio para que a família permaneça unida.

Nesta manhã, quero da tribuna da Assembleia Legislativa fazer um alerta: que nós, responsáveis pela fiscalização da coisa pública, devemos também fiscalizar a garantia das famílias. Muitos – e quero nominá-los – como o Ministério Público, o conselho tutelar e o próprio Tribunal de Justiça, na questão da criança e adolescente, devem garantir o que está na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança em risco pessoal e social deve ser destinada para a sua relação familiar. Se existe algum vínculo familiar, deve ser garantido a essa criança... Se ela perdeu a mãe, se ela perdeu o pai, se o pai ou a mãe estão momentaneamente impedidos de guardar a criança, esta deve estar junto à família extensa. Já não é possível acompanharmos, em Minas Gerais, decisões que determinem que a família extensa deva estar distante da criança e que pessoas estranhas tenham a sua guarda. Quero lembrar algumas situações sociais, no Brasil. Não quero tratar de questões religiosas nem morais, mas sociais. Outro dia, uma decisão da justiça em relação a uma criança determinou que a família extensa estava proibida de ter contato com ela.

Alguém daquela família extensa me disse: “Deputado, daqui a alguns anos, essa criança se tornará adulta e irá ao Programa do Gugu ou a um desses programas de domingo para procurar um irmão, para procurar um tio, para procurar a avó, para procurar a bisavó, porque lhe foi retirada a possibilidade de conhecer a própria história, foi lhe retirada a possibilidade de ter relação com sua família”. Essas decisões são equivocadas. A pessoa sempre procurará sua referência, que é a família. Os filhos da Deputada Liza Prado vão querê-la sempre, vão procurá-la sempre. Então, não é possível separar a família. Muitas decisões da nossa Justiça hoje separam crianças de irmãos, separam crianças da família extensa e são decisões equivocadas. Eu quero assumir o compromisso de defender a família nesta Casa, de defender que seja dada condição, Deputada Liza Prado. V. Exa. é uma lutadora. Não é possível tirarmos crianças do seio da sua família e as colocarmos em abrigos.

Como Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes, tive a honra de fechar as duas últimas Febens em Minas Gerais. Não é possível colocar 400 crianças em situação de risco pessoal e social no mesmo lugar. Eu nem dormia; ficava pensando, Deputado Neider, que, se uma criança tivesse catapora, se uma criança tivesse sarampo, essas 400 crianças seriam dizimadas. E ficava apavorado. O que fizemos? O Governador Aécio Neves colocou 12 crianças em cada Casa Lar, e desmanchamos o que existia. Pois até hoje respondo na Justiça, porque o Ministério Público quer que eu devolva aquelas crianças, para ficar aquela multidão de crianças juntas. Olhem a visão de muitos desses operadores de direito.

A Assembleia Legislativa tem um papel fundamental na defesa da família. O que está faltando àquela família para que aquela criança continue naquele lar? O que está faltando àquele tio ou àquela avó para que a criança continue no seio da sua família, em vez de ser levada para um abrigo? Separar irmãos é inaceitável. A Assembleia Legislativa tem de ter uma posição firme na defesa da família, na defesa da vida, na defesa da liberdade religiosa. Os avançados, os progressistas vêm com tudo, atacam essas instituições. Acham que inventarão algo melhor que a família; acham que inventarão algo melhor que uma mãe para cuidar do seu filho.

Outro dia, conversava por telefone com meu filho, já tarde da noite, e ele me fazia algumas perguntas. Quando terminamos a nossa longa conversa, minha mulher me perguntou: “Como vive um jovem, uma criança, um rapaz sem pai? Como vive sem os conselhos do pai, sem os limites impostos pelos pais?”. Por isso deve haver um esforço para que essa família fique junta, para que pai e mãe estejam juntos, criando as suas crianças. Só dessa maneira vamos retomar a história do Brasil como um país efetivamente estruturado, socialmente equilibrado. Não é possível sermos guiados por esses sonhadores, esses do progresso, esses que acham que descobriram algo que já tinha sido descoberto na Mesopotâmia, na Roma Antiga, no Egito; não é possível que achem que existe uma família diferente.

Deputada Liza Prado, há alguém que substitua a mãe? Quem sabe uma chocadeira? Mas uma chocadeira não substitui a mãe. É impossível substituí-la; é impossível substituir o pai; é impossível substituir a família, o contato com os familiares e a nossa história. Lembrar-me de meu avô e ter o seu nome me honra; lembrar e conhecer a sua história me honra. Os progressistas acham que pode haver algo diferente disso. Deus criou tudo corretamente. Todas as vezes que saímos desse plano, colocamos a vida, a liberdade religiosa das pessoas e a família em risco e criamos não um problema religioso e moral, mas um problema social.

Deputado Carlos Mosconi, quando a Holanda resolveu liberar o uso de drogas, pensava que esse era um problema moral, mas logo descobriu que não, pois as drogas se transformaram em um problema social. Andamos pelas ruas de Amsterdã e vemos aqueles jovens, como lixo humano, caídos debaixo das pontes daqueles canais, tropeçando pelas ruas e com a mente já totalmente danificada pelo ácido. Deputados Carlos Mosconi, Neider Moreira e Hely Tarquínio, médicos presentes, esse não é um problema moral, mas social. O que a Holanda fará com esses jovens que se tornaram verdadeiros párias da sociedade, caídos pelas ruas de Amsterdã?

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) – Deputado João Leite, V. Exa., como sempre, aborda um tema da maior importância para o povo do País. Como V. Exa. tem experiência nessa questão e vivencia muito esses problemas, todos gostamos muito de ouvi-lo.

Essa questão da Holanda, na realidade, transformou-se em um problema social. Como V. Exa. bem sabe, a droga é um problema de saúde. Hoje, mais do que qualquer outro problema, atinge pessoas de todas as classes sociais, desde a mais baixa até a mais alta. Trata-se de um flagelo para as famílias, para a sociedade, para os grupos e para as comunidades. Deputado João Leite, sempre digo que ainda não sabemos o que fazer e como fazer exatamente.



Deputada Liza Prado, há poucos dias, esteve aqui o ex-Presidente Fernando Henrique, que é membro de uma comissão internacional de alto nível que discute intensamente a questão da droga no mundo inteiro e soluções possíveis para esse flagelo. E ouvi dizer que alguns países, principalmente o México, já consideram que já não há como combater o tráfico de drogas. O México acredita que terá de estatizá-lo, pois não há como combater essa atividade ilícita tão intensa. O Estado mexicano se sente incapaz de tomar essa atitude.

Queria apenas mostrar a gravidade do problema e voltar a uma questão que me parece ser o cerne do problema: a prevenção.

Temos que gastar a nossa inteligência, o nosso cérebro com essa questão da prevenção ao uso de drogas. Depois que a pessoa entra para o mundo das drogas, é outro problema, mas, enquanto não entra, o que vamos fazer? Essas questões parecem simples, mas não são; são muito difíceis, muito complexas e, realmente, precisam de uma atenção muito grande. Acho até que tem de haver uma ação de governo. Deve-se fazer PAC, estrada, etc., porque o povo os exige, mas essa questão tem que ter prioridade dos governos do nosso país. Infelizmente, sinto que ainda não tem, mas cumprimento V. Exa. pelo seu brilhante pronunciamento.

O Deputado João Leite* - Muito obrigado, Deputado Carlos Mosconi.

Deputado Carlos Mosconi, coloquei aqui três pontos fundamentais, muito apoiado no projeto da Deputada Liza Prado e assumindo o compromisso de defesa da vida, da liberdade religiosa e da família. Concordo plenamente com V. Exa.: só haverá prevenção se houver uma família forte, se valorizarmos a vida e se houver liberdade religiosa; se as nossas igrejas e as pessoas tiverem a garantia e a defesa do governo de que terão liberdade de expressão da sua fé. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Hely Tarquínio) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado* - Bom dia a todas e a todos. Quero agradecer o apoio e as palavras do Deputado João Leite e cumprimentar os Deputados Gilberto Abramo e Neider Moreira. Farei uma leitura para que fique registrado nos anais como ficou o projeto por mim apresentado. (- Lê:)

“Projeto de Lei nº 302/2011. Assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter ao exame de avaliação curricular nas situações que menciona. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - É assegurado ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino que, por motivo de crença ou convicção religiosa, guardar a sexta-feira, depois das 18 horas e o sábado o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular, nos períodos mencionados. § 1º - No ato da matrícula, o aluno deverá apresentar declaração da instituição religiosa que frequenta para comprovar a condição definida no “caput”. § 2º - Os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual definirão data alternativa para a realização dos exames, no mesmo turno ou período em que o aluno esteja matriculado. Art. 2º - Os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, sempre que possível, oferecerão alternativas de dias e horários letivos regulares, a fim de que o aluno a que se refere esta lei possa cumprir as exigências da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, quanto à frequência escolar. Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Comissões, 21/11/2012.”

Houve veto do Governador. Conversei com ele pessoalmente sobre o parecer técnico feito por algum assessor. Agora, passarei à minha fundamentação, para que fiquem registradas as questões jurídicas que considero que derrubam por terra os argumentos apreciados neste momento. Agradeço ao Dr. Camilo Machado o trabalho, a pesquisa. (- Lê:)

“Fundamentação. 'Data venia', as razões do veto total expostas pelo Governador não procedem, senão vejamos. Em suas razões, baseando-se no Princípio da Separação dos Poderes, normatizados nos arts. 2º da Constituição da República de 1988 e 6º da Constituição Estadual de 1989, foi alegado que a proposição é ofensiva ao inciso XIV do art. 90 da Constituição do Estado, que assim dispõe.

'Art. 90 – Compete privativamente ao Governador do Estado: XIV - dispor, na forma da lei, sob a organização e atividade do Poder Executivo'. Ocorre que, como se percebe, a proposição vetada não guarda nenhuma ofensa ao referido art. 90, XIV, da Constituição do Estado de 1989, na medida em que, em momento algum, dispõe sobre a organização e atividade do Poder Executivo. Muito ao contrário, a proposição dispõe sobre o direito fundamental da liberdade de consciência e de crença, constitucionalizado no art. 5º, incisos VI e VIII, da Constituição da República de 1988, oportunidade em que caberá à administração pública, por meio da competência privativa do Chefe do Executivo Estadual, nos termos do citado art. 90, XIV, da Constituição do Estado de 1989, disciplinar a forma com que a rede pública de ensino estadual procederá para o cumprimento do mandamento constitucional, efetivando e resguardando esse direito fundamental de crença religiosa.

A diferença é clara entre o enfoque de resguardo do direito fundamental dado pela proposição vetada e o enfoque dado pelo Chefe do Executivo Estadual, que confundiu tal proteção com a usurpação de competência não lograda em uma possível intervenção na forma como a administração pública disciplinará a sua organização e exercício de atividades para o resguardo do direito fundamental em questão. Tanto é assim que, em suas próprias razões de veto, o Chefe do Executivo confirma tal entendimento, ao alegar que a presente proposição constitui 'uma imposição aos estabelecimentos da rede pública estadual de ensino de buscar alternativas em dias e horários letivos regulares para que os alunos que seguem esses dias de guarda possam cumprir a exigência da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, que se refere à frequência escolar'. Ora, se, como bem afirma o Governador, realmente a proposição vetada implica que os estabelecimentos da rede pública estadual de ensino busquem alternativas para que os alunos que seguem os dias de guarda tenham suas crenças preservadas. Assim procedendo, em nenhum momento, a proposição elenca quais serão essas medidas, não invadindo, portanto, a competência do Poder Executivo.

Está claro que foi preservada a separação de Poderes, especialmente o comando do art. 90, inciso IV, da Constituição do Estado de 1989, em que o Chefe do Executivo será competente para disciplinar a sua organização e atividade que, no caso, constituirá, como bem observou o Governador, 'a buscar alternativas em dias e horários letivos regulares para que os alunos que seguem esses dias de guarda possam cumprir as exigências da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, no que se refere à frequência escolar'. Essa busca de alternativas e atividades para o resguardo do direito fundamental constitucional assegurado é que será sim atribuição privativa do Chefe do Executivo para disciplinar o seu cumprimento por meio do decreto. Não obstante, com relação à alegada ausência de competência suscitada para o Estado normatizar sobre educação, como bem fundamentou a Comissão de Constituição e Justiça, tal

argumento não procede. Isso porque a Constituição da República prevê, em seu art. 5º, inciso VI, como garantia fundamental e inviolável 'a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias'. O mesmo art. 5º, inciso VIII, determina que 'ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa'. Não é o que acontece.

Com isso, além de evidenciar a laicidade do Estado, o comando normativo do Estado prevê duas circunstâncias objetivas e cumulativas, não alternativas: a primeira é que será proibido ao Estado privar alguém do exercício de suas crenças religiosas. Segunda: o indivíduo apenas será compelido a exercer atividade em contraposição às suas crenças religiosas se ele se recusar a cumprir prestação alternativa disponibilizada pelo Estado. Dessa maneira” - Deputado João Leite, Deputado Leonídio Bouças, Deputado Gilberto Abramo, meu querido Presidente Deputado Hely Tarquínio - “a proposição vetada visa exatamente dar efetividade ao direito fundamental constitucional de liberdade e crença religiosa, impondo que o Estado de Minas Gerais, por meio do seu Chefe do Executivo, em atenção ao comando do art. 90, inciso XIV da Constituição do Estado de 1989, busque alternativas para o exercício do também direito fundamental de acesso à educação aos membros de igrejas adventistas, como disseram o Deputado João Leite e outros, que guardam as mesmas prerrogativas.

Ainda com relação à constitucionalidade da proposição, não há ofensa alguma nas atribuições de competência da União, uma vez que esta, seguindo o comando do art. 24, inciso XIV, da Constituição, possui competência privativa para legislar sobre as diretrizes e bases da educação.

Portanto, como bem atestam os vocábulos 'diretrizes' e 'bases', à União caberá legislar privativamente apenas sobre termos gerais, genéricos sobre educação, cabendo aos demais entes federativos, Estados, legislarem de forma específica sobre a educação, em um paradigma de federalismo cooperado adotado pelo País, que em muito se distingue do federalismo dual ou clássico, ou mesmo de uma perspectiva de centralismo autoritário como muitos pretendem, muito mais próximo de uma configuração de Estado unitário, como forma de constituição de um Estado, o que não é o caso do Brasil.

Exatamente por isso, pela adoção da forma de Estado como federado cooperado que a própria Constituição da República...”

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Minha querida Deputada Liza Prado, volto à fala do Deputado João Leite, porque as religiões, as igrejas de modo geral têm prestado um relevante serviço à sociedade. Vemos o trabalho social dessas entidades, em especial nas penitenciárias, com crianças em hospitais, e o benefício que trazem para o Estado. Segundo pesquisas, o Estado estaria gastando um valor altíssimo se as pessoas, que hoje são consideradas religiosas, não estivessem proferindo uma fé, pois poderiam estar no caminho da marginalidade, no caminho das drogas. O trabalho social de recuperação, a assistência tem possibilitado ao Estado condições para economizar.

Muitas vezes o Estado não reconhece o trabalho das religiões, o trabalho das igrejas. A falta de reconhecimento está justamente no veto ao seu projeto, no veto ao que é direito dos templos religiosos, que é a isenção de ICMS. Há um parecer do Supremo Tribunal Federal, mas alguns técnicos usam o art. 150 da Constituição – não é prerrogativa do Legislativo nem deste Parlamento, mas do Executivo. Entretanto, o Executivo não obedece o que a Carta Maior determina. Essa é a falta de reconhecimento em relação à religião; é a falta de entendimento quanto ao benefício que ela traz para a sociedade na recuperação de milhares de pessoas. Portanto, Deputada Liza Prado, esteja certa de que terá o meu apoio e o apoio do PRB. Caminhamos com você. No que for preciso, iremos lutar para que o veto seja derrubado.

A Deputada Liza Prado* - Agradeço, Deputados Gilberto Abramo, Leonídio Bouças e João Leite, porque sabemos que é preciso um grande número de parlamentares, um total de 48 Deputados. Irei continuar a leitura do meu parecer para que fique registrado nos anais desta Casa. (- Lê:)

“Exatamente por isso, pela adoção da forma de Estado como federado cooperado, que a própria Constituição da República de 1988...”

Concedo aparte ao Deputado Leonídio Bouças. Ah, está inscrito para falar depois. Vou continuar.(- Lê:) “Exatamente por isso, pela adoção da forma de Estado como federado cooperado, que a própria Constituição da República de 1988, em seu art. 24, inciso IX, dispõe que caberá tanto à União como aos Estados e ao Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Fato esse para que cada Estado proceda à realização do ensino e da educação de forma pertinente às suas especificidades, tão comuns em um país de dimensões continentais como o nosso. Dessa maneira, se coubesse privativamente à União legislar sobre educação - e não apenas em termos gerais -, não teria sentido a disposição do art. 24, inciso I, estabelecendo a competência concorrente sobre o tema.

Isso posto, seguindo a determinação constitucional de a União legislar apenas sobre assuntos gerais sobre a educação, foi editada a Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, que, em seu art. 3º, incisos I e IV, respectivamente, prevê que o ensino deve ser ministrado tendo como princípios básicos a 'igualdade de condições para acesso e permanência na escola' e 'respeito à liberdade e apreço à tolerância', princípios esses que foram objeto da presente proposição, vetada pelo Governador”.

Isso é muito preocupante, Deputado João Leite, porque a intolerância religiosa é um perigo. Sabemos de guerras homéricas e de tantas mortes e perseguições. Nós, que temos uma Constituição moderna, que respeita a liberdade de crença, a liberdade religiosa, percebemos que, às vezes, os excessos fazem com que haja muita morte, tristeza, sangue derramado, pessoas queimadas. Creio que não podemos ter intolerância com nenhuma religião, seita ou corrente filosófica.

“Nesse sentido, a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer sobre a constitucionalidade da presente proposição, lembrou 'que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep -, quando da realização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem -, em 2010 e 2011, previu a possibilidade de que os adventistas façam as provas após o seu período de recolhimento sagrado, desde que observados os requisitos previstos no edital, garantindo a incomunicabilidade dos candidatos e a lisura das provas, sem prejuízo aos demais'.



Por fim, a alegada jurisprudência colacionada pelo Governador em suas razões de veto, não obstante a singularidade de se tratar de uma única decisão judicial, não foi objeto de súmula vinculante. Não obstante, a análise da sua inconstitucionalidade, em 2012, quando o STF estava configurado de outra forma, foi pautada em uma série de especificidades de que a Lei nº 11.830, de 2002, do Estado do Rio Grande do Sul, tratou, e de que não trata a presente proposição vetada. Especificidades essas que o Governador deveria ter comparado com a proposição por ele vetada, e não apenas ter colacionado uma ementa de uma decisão jurisprudencial desvinculada da atual realidade abordada, senão vejamos: como exemplo, tem-se o art. 3º da citada lei do Rio Grande do Sul, declarada inconstitucional, que dispunha de forma específica sobre a estrutura e organização do Estado, bem como a relação da administração pública estadual com os seus servidores, em flagrante usurpação da competência do legislador estadual:

'Art. 3º - Os servidores públicos civis de qualquer das funções que compõem a estrutura do Estado, da administração direta e indireta, gozarão do repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos ou em outro dia da semana, a requerimento do servidor, por motivo de crença religiosa, desde que compensem a carga horária exigida pelo estatuto e Regime Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul ou legislação especial'.

No mesmo sentido de usurpação de competência e especificidades típicas de decreto, a referida lei estadual do Estado do Rio Grande do Sul dispõe sobre qual seria o dia e o horário que a administração pública deveria realizar as provas dos concursos públicos, bem como impôs ônus e determinações inconstitucionais que ferem a relação isonômica entre os Poderes."

Não é o que estamos fazendo pela nossa lei. Estamos deixando que o governo estabeleça as medidas alternativas. Estamos apenas apresentando matéria concorrente - como Deputado Estadual, temos poder para fazer isso -, dizendo que o Estado tem de ter medidas alternativas para poder respeitar a liberdade de crença religiosa e que o Estado, por meio da Secretaria competente, deve buscar a forma de fazê-lo. Estamos apenas dizendo que tem de haver medidas alternativas.

"Art. 1º (...) § 1º - Quando inviável a promoção de certames em conformidade com o 'caput', dar-se-á à pessoa a alternativa de realizar a prova no primeiro horário que lhe permitam suas convicções, ficando o candidato incomunicável", se for o caso. Hoje, no nosso caso, nem na sexta-feira haverá prova, muito menos aos sábados. Não vejo prejuízo nenhum. Portanto, percebe-se claramente que os vícios constantes da Lei nº 11.830, de 2002, do Estado do Rio Grande do Sul, incorrem na separação dos Poderes, o que não é o nosso caso.

"Além disso, no paradigma do Estado Democrático de Direito, o constitucionalismo moderno é uníssono em considerar a interpretação constitucional como essencialmente de textura aberta para a proteção, o resguardo e a efetivação dos direitos fundamentais constitucionais, ao menos nos seus núcleos essenciais, o que é o caso do livre exercício de crenças religiosas. Eventuais restrições apenas poderiam ocorrer na análise concreta no caso específico.

Como um último e imperioso argumento, se faz necessário analisar o infeliz, se não absurdo, argumento do Governador nas suas razões de veto de que 'a guarda sabática não constitui peculiaridade nem especificidade observada apenas no Estado de Minas Gerais, muito menos consiste em característica exigida pelas singularidades da região ou da sociedade, da cultura, da economia ou da clientela local. Trata-se, na realidade, de dogmas professados por determinadas religiões, que não estão circunscritas ao território mineiro'. Argumento esse em desrespeito à liberdade de crença religiosa por muitos professada no Brasil e no Estado de Minas Gerais, mas sendo que, não fosse esse grande número de adeptos, bastaria uma única pessoa..." - Deputados João Leite, Gilberto Abramo, Leonídio Bouças e meu querido Hely Tarquínio - "...no Estado de Minas Gerais a professar a milenar crença adventística que, ainda assim, o Estado teria e tem por obrigação constitucional (art. 5º, incisos VI e VIII) o seu respeito à efetivação na busca de alternativas para a compatibilização entre as atividades exercidas e a crença professada, sob pena de constituir obstaculização estatal ao exercício da crença religiosa", ou seja, colocando-se obstáculo para que se exerça a fé.

Para terminar, "a já citada Lei Federal nº 9.394, de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando dispõe em seu art. 3º, incisos I e IV, que o ensino deve ser ministrado tendo como princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e também o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. Mas que tolerância e respeito são esses que são só impostos aos particulares, e não ao Estado, conforme as próprias declarações do Governador?". Aliás, o que consta neste veto?

"Por que apenas aos particulares é imposto o respeito às diversidades, às minorias éticas, religiosas, culturais, sexuais, e ao Estado não cabe nenhuma imposição de respeito, que, muitas das vezes não é realizado sob alegação da também absurda criação do 'princípio da reserva do possível' ou da 'supremacia do interesse público' (onde se parece querer ler interesse estatal)?" Como mencionou o Deputado João Leite, temos de tomar cuidado com isso. Estou aqui, acima de tudo, defendendo a família, a fé, a crença e a liberdade religiosa.

"Isso porque a conduta do Governador nada mais transparece senão que o respeito à crença religiosa dos que seguem a guarda sabática, inarredavelmente, incorrerá em aumento de custos e ônus ao Estado para assegurar nova realização de prova. Despesas essas inconcebíveis para o governo, mesmo que, para tanto, tenha que solapar uma crença religiosa milenar e um direito fundamental constitucional! Conclusão. Assim, a proposição vetada apenas busca a efetivação de um direito fundamental constitucional para que não vire, como tantas outras normas constitucionais, textos simbólicos, sem efetividade, conforme discorre o ilustre doutrinador, Prof. Marcelo Neves, na sua obra 'A Constituição Simbólica'. Diante do exposto, espero acolhimento das razões para a rejeição do veto."

Peço apoio aos colegas. Fico muito preocupada porque a liberdade religiosa é importante. Vemos que as religiões africanas são perseguidas por suas crenças. O fato de os adventistas guardarem a sexta-feira, após às 18 horas, até o sábado como um dia de fé, não é motivo para um veto desses, porque o nosso Estado não aplica provas às sextas-feiras nem tampouco tem aulas aos sábados. Deputado João Leite, sabemos que, no restante do Brasil, há legislações sobre isso. É preciso que esta Casa entenda e respeite a liberdade religiosa. Já conto com o apoio dos senhores e das Sras. Deputadas quanto a isso.

Esta Casa tem feito um trabalho maravilhoso, como bem-mencionado pelo Deputado João Leite, em relação a drogas. As igrejas têm realizado um trabalho brilhante. Ontem, vimos a Igreja Católica tratando da questão da juventude como tema da Campanha da Fraternidade. Ontem, também estivemos não só com a Igreja Católica, mas também com algumas outras igrejas e com pastores evangélicos nos ajudando a organizar a 2ª Marcha para o Enfrentamento ao Crack. Percebemos que a escola tem papel fundamental



nessa questão, assim como a família. Elas estão desestruturadas, e as crianças não têm perspectiva de uma política pública, Deputado João Leite, para que realmente sigam um caminho decente.

Famílias estão desagregadas, destruídas por essa droga. Os bons princípios estão ficando cada vez mais escassos, pois as pessoas não mais respeitam os símbolos, a religião, a diversidade, não respeitam o diferente.

Amanhã, Deputado João Leite, teremos uma nova reunião para organizar a 2ª Marcha contra o Crack. Compreendemos a importância desta Casa para mostrar que a sociedade quer mais vagas, mais leitos para atender crianças e adolescentes. As ONGs e entidades precisam ser capacitadas a prestar um bom atendimento.

O projeto Aliança pela Vida, em que as ONGs e instituições podem ser credenciadas pelo Estado, necessita de verba para ajudar dependentes de drogas, pois suas famílias já não mais sabem o que fazer. É preciso lutarmos juntos para que esse mal seja dizimado, para que tenhamos uma sociedade onde nossos alunos sejam fortalecidos para não caírem no mundo das drogas.

Necessitamos incentivar o respeito à religião, o respeito ao outro nas suas diversidades. Percebemos como a pessoa com deficiência é discriminada em nosso país e em nosso Estado. E essa discriminação às vezes começa dentro de casa. Há bem pouco tempo, em nossa história, a pessoa com deficiência era enclausurada, não saía às ruas, porque seus familiares sentiam vergonha.

A nossa Constituição é clara, ao dizer que as pessoas diferentes devem ser tratadas de forma igual. É preciso entender esse princípio da igualdade, que consta da Constituição. Uma pessoa com deficiência pode ter atenuada ou agravada sua situação, dependendo do meio em que vive. A vida de uma dessas pessoas pode tornar-se mais difícil, caso, por exemplo, encontre obstáculos para adentrar este prédio; pode ser agravada se seus colegas de escola a discriminarem. Também se faz necessário o ensino de libras ao deficiente auditivo, a fim de que tenha direito à inclusão.

Fico muito preocupada quando me deparo com um veto como esse, Deputado João Leite, porque sabemos que é preciso defender a Constituição do Estado, uma carta progressista. Mas não podemos interpretá-la sob a ótica do texto frio da lei. O direito necessita de um novo olhar em nosso mundo globalizado. Darei um exemplo do que digo, um exemplo na área de defesa do consumidor. A Constituição diz que temos direito à livre concorrência, ao mercado, a termos uma empresa. A Constituição diz que temos liberdade para contratar, mas há a obrigação de respeitar os direitos fundamentais do consumidor. Portanto, faz-se necessário esse novo olhar para o mundo atual. O Estado é laico, mas defende a liberdade de crença religiosa. Os doutrinadores precisam ter visão ampla para perceberem a necessidade de tratarmos as pessoas com respeito, com dignidade.

Devemos utilizar esta tribuna todos os dias, com muita paixão, para apresentarmos ações efetivas e mostrarmos à população que ela tem direito ao respeito.

Amanhã, dia 21 de março... Amanhã é dia 21 de março?

O Deputado João Leite (em aparte)* - Ontem foi o dia da enchente das goiabas, Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado* - Por que a expressão “enchente das goiabas”?

O Deputado João Leite (em aparte)* - O fruto estava nos pés, e o dia 19 é conhecido como o dia da enchente das goiabas ou enchente de São José.

A Deputada Liza Prado* - Prefiro enchente de São José.

O Deputado João Leite (em aparte)* - “Enchente das goiabas” vem da terra de meu pai, de meu avô. Gosto dessa expressão.

A Deputada Liza Prado* - Sou apaixonada pelas expressões populares e algumas exigem muito estudo para serem compreendidas. Elas valorizam a cultura de um povo. Fico feliz em saber que existe uma expressão como essa, que vem dos pais, dos avós, é muito interessante. Precisamos preservar a nossa história, as nossas raízes, as nossas expressões. Hoje dizemos algumas palavras à juventude, e talvez nem saibam do que estamos falando. Quando dizemos, por exemplo, Inês é morta, ninguém sabe de onde vem a expressão, quem foi Inês, como tudo se passou. É importante esse resgate. Mas o que eu estava dizendo é que fico orgulhosa...

O Deputado João Leite (em aparte)* - No caso do seu veto, Deputada, poderíamos usar a expressão “Faltou sargenteação para o técnico”. O técnico vetou, não foi soldado, não foi cabo, não foi sargento, ele não entende de tudo. Mas a nossa Constituição Federal é clara. O art. 19, I, dispõe que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios embaraçar o funcionamento das igrejas. O art. 5º, VI, dos direitos e garantias fundamentais, estabelece que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva. Estão aqui os hospitais, isso já está regulamentado por legislação estadual.

Agradeço o aparte meio forçado que V. Exa. me concedeu, foi quase uma invasão de campo, mas eu queria participar.

A Deputada Liza Prado* - Seja bem-vindo, pode continuar.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Eu queria, Deputados Gilberto Abramo, Wilson Batista, Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, falar dessa conversão da Presidente Dilma, uma coisa espetacular. Ela passou de a favor do aborto a ser contra.

A Deputada Liza Prado - Gosto tanto da Presidenta Dilma, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Estou falando da conversão dela. Ela está em viagem de três dias para Roma. Olha que bom! Foi lá para a aula inaugural do Papa Francisco.

A Deputada Liza Prado - Defendo que as pessoas viajem, para não ficarem com o umbigo preso no lugar, sem saber o que acontece no mundo.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Para essa viagem, ela alugou 52 quartos de hotel.

A Deputada Liza Prado* - Aí já é exagero.

O Deputado João Leite (em aparte)* - No total, são 17 veículos. São quatro Ministros, assessores mais próximos e segurança, que se hospedaram no Westin Excelsior, na Via Veneto, um dos endereços mais sofisticados de Roma. A diária da suíte presidencial custa R\$7.700,00 e o quarto mais barato R\$910,00. A suíte presidencial e mais 22 quartos estão ocupados. A Presidente não quis ficar na residência oficial da embaixada do Brasil, amplo palacete no centro histórico. Ela não gosta da residência oficial, quer ficar no hotel. A frota alugada inclui sete veículos sedã com motorista, um carro blindado de luxo, quatro “vans” executivas com capacidade para 15



peças cada; um micro-ônibus, um veículo destinado aos seguranças; um caminhão-baú e dois furgões para o transporte das bagagens. A Presidente chegou no domingo à tarde em Roma, quando aproveitou para visitar duas igrejas históricas. Isso é que é liberdade religiosa, Deputada Liza Prado, o bolso do povo pagando.

A Deputada Liza Prado* - Continue aqui, Deputado João Leite, para trocarmos ideia. A Presidenta precisa realmente de um carro blindado, mas as outras coisas são um exagero. Não precisa de um caminhão para transportar bagagem, não precisa de tantos assessores. Creio que a Dilma já até conseguiu reduzir esse tipo de coisa. A Presidenta precisa ficar em um local com espaço para receber comitiva, o que talvez ela não teria em outro local. Quanto a viajar, ela tem que conhecer muitos locais para saber como devemos cuidar das nossas coisas. Tem que conhecer outros mundos, pegar experiências boas, mas concordo que é exagero um caminhão e várias “vans” para levar bagagem. Isso nos envergonha e me deixa constrangida, porque votei na Presidenta Dilma, fiz campanha para ela. Creio que ela ainda tem que enfrentar muitas burocracias, mas, se é tudo isso que V. Exa. falou, realmente fico impressionada, principalmente porque temos agora um Papa que defende a simplicidade. Não é o momento e não temos recursos para esses exageros. Talvez a Presidenta não tenha noção dessas coisas, então é bom a imprensa divulgá-las até para que ela fique sabendo. Talvez alguns outros Ministros a acompanhem para fazer outros negócios, não sei.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Está escrito em “O Globo” que o Ministro Pimentel, que está ajudando, determinou que o Embaixador do Brasil em Singapura mudasse o Estaleiro Jurong, de Aracruz, no Espírito Santo, para o Porto do Açú, beneficiando-se o empresário Eike Batista. Estão todos lá fazendo bons negócios não para o Brasil, mas para o Eike Batista. Deputada Liza Prado, lamentavelmente, enquanto a Presidente está lá, 20 mortes ocorreram no Rio de Janeiro. É uma tragédia que já estava anunciada.

A Deputada Liza Prado* - Já havíamos falado sobre isso na Comissão das Enchentes que fizemos aqui. Falamos dos mecanismos necessários para enfrentar as enchentes. Nesse caso, a sirene até funcionou. A Presidente disse que teriam que ser tomadas outras medidas, mas fico pensando para onde essas pessoas poderão ir se não existem locais.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Esse é o ponto, porque a Dilma, instalada numa suíte de R\$7.700,00, falou que a culpa é da população, que não quis sair das suas casas. Mas V. Exa. tocou no ponto certo: sair para onde? A Presidente Dilma, instalada na suíte de R\$7.700,00, com um caminhão para carregar sua bagagem, com o acompanhamento de 22 pessoas, com o Ministro Pimentel negociando para o Eike Batista, culpou a população de Petrópolis.

A Deputada Liza Prado* - O Eike Batista é brasileiro?

O Deputado João Leite (em aparte)* - É, é um empresário brasileiro que está recebendo uma grande contribuição do governo brasileiro. O governo brasileiro é muito caridoso com o Corinthians e com o Eike Batista, e a Presidente Dilma fala que os pobres de Petrópolis são teimosos. Mas Presidente Dilma, sair para onde? Para a sua suíte na Via Veneto, em Roma, com o Ministro Pimentel e um caminhão para carregar a sua bagagem? Para onde vai a população, se não há lugar para ela?

Votamos o orçamento da União, que são R\$2.276.000.000.000,00, sendo 1,28% para a educação e 3% para a saúde.

A Deputada Liza Prado* - Estamos lutando pelo Assine+Saúde.

O Deputado João Leite (em aparte)* - É uma importante luta.

A Deputada Liza Prado* - Estamos com 400 mil assinaturas e ainda precisamos de 1.500.000. O Assine+Saúde é para termos 10% dos valores, para que os Municípios tenham condições de atender bem. O nosso povo está sofrendo. Conversei com o Governador nesta semana e solicitei a ele que ajudasse a manter o hospital municipal de Uberlândia e que ajudasse também alocando mais recursos nas unidades básicas de saúde. Solicitei-lhe que ajudasse na manutenção do hospital público de Uberlândia que atende muitas pessoas, porque precisamos que essa manutenção continue. O Governador ajudou no primeiro e no segundo ano de gestão do Odélmo. Estive conversando com o Governador e levei a ele um documento apresentado pela Secretaria de Saúde, solicitando não só a manutenção do hospital, mas também que pudesse ajudar as Upas que serão construídas com contrapartidas. Solicitei ainda que visse a questão da medicação, que pudesse fazer uma parceria para que o Estado ajudasse o nosso povo tão sofrido. Com a dengue agora, estamos com problemas gravíssimos. Já morreram muitas pessoas no Estado.

Percebo que essa situação pode ser consequência da descontinuidade do governo, que quer adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal e acaba não fazendo o seu papel, não contrata, não continua com a política, desmantela todo o trabalho que a Vigilância Sanitária e a Zoonose fazem, causando tantas mortes. É preciso que haja esse apoio, até para que as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade; até para que as pessoas, quando cheguem aos hospitais, sejam atendidas; até para que os hospitais tenham médicos.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputada Liza Prado, em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso colocou no orçamento da saúde R\$77.000.000.000,00. A previsão deste ano do governo federal são R\$81.000.000.000,00. Em 1995 - tá ligada? - foram R\$77.000.000.000,00. Neste ano, serão R\$81.000.000.000,00. A conta da saúde não fecha.

A Deputada Liza Prado* - É a judicialização, porque o povo tem direito à saúde, e os Municípios são obrigados a fornecer determinados remédios. Sabemos que o povo sofre. Conversei ontem com uma pessoa que tem um filho esquizofrênico. Ele paga R\$1.300,00 por mês em um determinado medicamento para o filho. O filho ficou bem depois de um mandado de segurança, que obrigou o Estado a comprar o remédio. Muitas vezes os Municípios são obrigados a comprar e não possuem recursos no orçamento. E não há contrapartida do governo federal para que os Municípios possam ser atendidos.

O Deputado João Leite (em aparte)* - E tem a questão do médico. O governo federal paga R\$2,00 por consulta a um clínico-geral. O Deputado Doutor Wilson Batista é cirurgião, como o Deputado Hely Tarquínio também é. Não sei quanto custa uma cirurgia, quanto ele recebe do governo federal para fazer essas cirurgias complicadas que faz. Mas sei que são R\$2,00 por atendimento o que o clínico-geral recebe.

A Deputada Liza Prado* - Quanto custa, Deputado Doutor Wilson Batista?

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputada Liza Prado, a gravidade da saúde no Brasil hoje é aquilo que o Deputado João Leite falou: o investimento feito atualmente é o mesmo de 15 anos atrás. Parece que eles não estão acompanhando a evolução da medicina, que está muito mais cara. A tecnologia, a inovação do diagnóstico, os tratamentos, tudo isso encareceu muito a



medicina. E o governo federal quer que a medicina do Brasil seja feita apenas com Raio X. Existem hoje a ressonância e a tomografia. Não podemos mais praticar a medicina de 15 anos atrás, apenas com estetoscópio e Raio X. Por isso os diagnósticos não são feitos.

No Rio de Janeiro, uma moça jovem passou por diversos hospitais, voltou para casa e retornou morta ao hospital. Ela recebeu todos os atendimentos que procurou, mas nenhum foi feito com qualidade. A paciente era examinada de qualquer jeito e liberada; mas morreu ao retornar ao hospital.

A Deputada Liza Prado* - E quando a doença não aparece em determinado exame, mas aparece em outro?

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Isso acontece diariamente nos corredores dos hospitais, nas clínicas dos Municípios.

Tragédias como essas são diárias e posso citar inúmeras. Temos um investimento que está abaixo do custo.

O governo federal lançou o Provac - Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica da Saúde. Como isso é feito? Um médico recém-formado, saído da universidade ou da faculdade de medicina, que ainda não está totalmente preparado para oferecer uma medicina de qualidade, para fazer os diagnósticos e os tratamentos corretamente, ganhará R\$8.000,00 nos Municípios. Parece até uma atitude de valorização, mas temos que ter cuidado porque isso também pode deixar muitos pacientes com a falsa impressão de que estão sendo atendidos e cuidados, mas muitos diagnósticos deixam de ser feitos e muitos pacientes perdem sua vida. Por quê? Sabemos que a medicina depende de um ambulatório de especialidades, precisamos que os pacientes sejam atendidos por especialistas para que os diagnósticos não sejam feitos tardiamente. Hoje temos inúmeros...(- É interrompido.)

A Deputada Liza Prado* - O senhor viu a decisão sobre a cirurgia bariátrica? Acho que foi um avanço.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - É um avanço, mas temos que verificar quem tem acesso à cirurgia bariátrica hoje, pois são poucas pessoas. A fila para fazer uma cirurgia bariátrica é imensa. Os pacientes com obesidade mórbida necessitam da cirurgia, mas ela é feita apenas em clínicas particulares, porque o custo pago para procedimentos dessa natureza está muito abaixo do valor real gasto pelo hospital e pela equipe médica. Numa cirurgia de esôfago, por exemplo, que é uma cirurgia grande, a equipe médica ganha R\$300,00 ou R\$400,00, valor que não é suficiente para o médico pagar nem a gasolina das inúmeras vezes em que vai ao hospital para acompanhar o paciente. Por isso temos filas enormes, com pacientes enfrentando grandes dificuldades e sem diagnóstico para suas doenças. As pessoas não têm acesso a uma medicina de qualidade porque ela só é feita de forma privada. O custo pago pelo SUS não remunera esses profissionais adequadamente.

Temos outra discrepância, que é uma lei editada no ano passado pelo governo federal, determinando que o tratamento para o câncer tem que ser iniciado em até 60 dias.

A Deputada Liza Prado* - Tem que ser rápido, o paciente não pode esperar 60 dias.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deixar um paciente com uma biópsia na mão, com um diagnóstico de câncer durante 60 dias em casa, aguardando o início do tratamento, é uma tortura. O paciente não dorme porque sabe que está com o diagnóstico de câncer na mão. Ele quer que o tratamento seja iniciado o mais rápido possível.

A Deputada Liza Prado* - Ele tem o direito de ser tratado rapidamente porque, quanto mais rápido for, mais chances de cura ele terá.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Essa atitude foi a de empurrar os males da saúde com a barriga.

O Tribunal de Contas fez um estudo mostrando que as pessoas esperavam 100, 120 dias para iniciar o tratamento. Então, esse prazo baixou de 100 para 60, mas continua longo. A maioria dos pacientes diagnosticados tardiamente enfrentarão uma espera muito maior do que 60 dias, porque o Brasil não está preparado com residências médicas, com médicos, com universidades e hospitais para atender todos esses pacientes. É dessa forma que enfrentamos a saúde.

A Deputada Liza Prado* - Quanto custa uma cirurgia hoje?

O Deputado João Leite (em aparte)* - Quanto o SUS paga?

A Deputada Liza Prado* - A cirurgia bariátrica custa R\$400,00, não é?

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - As cirurgias de grande porte não ultrapassam R\$1.000,00 para toda a equipe. As cirurgias de médio porte...

O Deputado João Leite (em aparte)* - Quais são os profissionais da equipe? É o anestesista...

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - O anestesista, o cirurgião, o instrumentador, o auxiliar, o pós-operatório, a UTI e os diversos acompanhamentos feitos até a alta do paciente, bem como o acompanhamento feito depois.

O Deputado João Leite (em aparte)* - São R\$1.000,00 para dividir entre todos esses profissionais?

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Sim. A média que o Brasil gasta com a saúde é cerca de R\$600,00, ou seja, US\$300,00 por pessoa anualmente. A média mundial é de US\$800,00, ou seja, R\$1.500,00 por pessoa anualmente. O Brasil gasta apenas R\$600,00 anualmente por pessoa, que é uma das médias mais baixas do mundo, comparada apenas a países como o Marrocos e outros países pobres.

E o Brasil, que era a sexta economia mundial, ostenta esse custo com sua população. E vejam que já passou para a sétima economia mundial, perdendo para a Inglaterra, em decorrência do PIB brasileiro, que foi um dos menores do mundo. E não se pode dizer que a causa é a crise financeira mundial, pois os demais países da América Latina cresceram 4%, 5%, 7%. Por que o Brasil foi o único a crescer apenas 0,9%? Então, vemos que é um país sem planejamento, sem futuro, que está sendo levado pela companheira, sem nenhum planejamento. Não estão gastando neurônios com o planejamento do Brasil. Quais obras de infraestrutura existem no País hoje? Quase nenhuma. A Presidenta, lá em Roma, poderia visitar o trem-bala, pois aqui ele é apenas imaginário.

A Deputada Liza Prado* - Em Uberlândia, estamos tentando apresentar um projeto para que a cidade tenha um trem ou, pelo menos, um ônibus sobre trilhos. A cidade já está congestionada. O Deputado Weliton Prado apresentou a proposta para que se pudesse, pelo menos, estudar a viabilidade. Ninguém aguenta mais. Em Belo Horizonte, Rio, São Paulo, a população demora horas para chegar em casa. Ninguém suporta mais esse problema da mobilidade urbana. O pedestre não tem acesso. As pessoas vivem mal. Estou torcendo para que, no PAC 2, sejam liberados recursos para que as condições de vida sejam melhoradas por meio dos BRTs, da valorização do



transporte de massa. Como poderemos usar o atual transporte de massa, Deputado Doutor Wilson Batista, se os ônibus estão sempre atrasados, lotados, funcionando precariamente; se o asfalto está ruim e as ruas são estreitas? Se não pensarmos em nossas cidades, nada mudará.

A população está estressada, irritada, o que acaba prejudicando sua saúde. Cada vez mais, há crimes horrorosos, pois as pessoas estão com problemas psicológicos gravíssimos e buscam a saída nas drogas, no álcool, para poder relaxar. A porta de entrada das drogas é o álcool. A pessoa começa a beber, e aí se inicia um círculo vicioso de violência. As mulheres e as crianças são as que mais sofrem, não é, Deputado Doutor Wilson Batista? Esse é um problema gravíssimo.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - E, complementando, queria falar sobre os principais desafios da sociedade. Um mal enfrentado por todas as famílias é o consumo e o abuso de “crack”. São 45 mil mortes por ano, principalmente de jovens entre 15 e 25 anos, que estão envolvidos com o uso do “crack” e o narcotráfico. Preocupações como essa devem estar atualmente na agenda do Brasil. É necessário haver investimento, planejamento, obras que tragam resultados e promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois tudo isso é fruto da má qualidade de vida.

Se fizermos um levantamento social, veremos que 60% das pessoas envolvidas com as drogas não têm nenhuma perspectiva de futuro. Por isso, estão se associando às drogas e ao narcotráfico. Precisamos investir, portanto, na qualidade de vida. É necessário haver um investimento humano. Essas pessoas precisam ter empregos de qualidade; não basta haver empregos com pagamento de dois ou três salários mínimos. As pessoas precisam ter empregos e ganhar bem para estruturar suas famílias, dando aos filhos acesso a um futuro digno e feliz.

A Deputada Liza Prado* - Deputado Doutor Wilson Batista, ontem, fizemos uma reunião para organizar a II Marcha de Enfrentamento ao Crack, e fiquei com o coração nas mãos ao ouvir o depoimento de muitas mães. Vivenciamos todos os dias a situação de famílias que não sabem o que fazer, pois não conseguem internar seus filhos, que estão morrendo. Ontem, uma mãe disse que seu filho tirou todos os canos de água e registros da casa para vender e trocar por drogas, deixando a casa inundada, pois não conseguiu conter o vazamento. Já não há mais nada na casa, pois ele tirou tudo.

Para combater essa droga, existe um projeto do governo estadual, e o governo federal também lançou o programa chamado “Crack, é possível vencer”. Aliás, torço para que Deus permita que haja recursos para as ONGs e elas sejam capacitadas. Há pouco, pedimos o direito de antena para alguns locais. Também conversei com o Secretário de Estado de Saúde, Antônio Jorge, para solicitar a ele o direito de antena para a nossa região, o que será muito importante para capacitar o pessoal da saúde e das ONGs em várias partes do Estado de Minas Gerais. Esperamos que o direito de antena seja concedido para a TV do governo estadual a fim de capacitarmos os profissionais de maneira mais eficiente e barata. É preciso que os profissionais da saúde saibam como ajudar essas famílias.

No Mães de Minas contra o “crack”, as mulheres participantes transformam a dor que têm em trabalho e ação, e nós estamos ajudando-as a organizar a 2ª Marcha contra o Crack e Outras Drogas, junto à Igreja Católica, aos pastores, aos espíritas, à polícia e ao Proerd, a fim de mostrarmos a nossa insatisfação com a situação das drogas em Minas Gerais. Não aceitamos drogas em Minas Gerais. Também pedimos às entidades e às ONGs que se registrem junto ao governo estadual, com toda a documentação, com o objetivo de conseguirem o mínimo necessário para custear clínicas e atender às pessoas que não podem pagar por intermédio das vagas sociais.

As pessoas que usam drogas sofrem surtos e têm mania de perseguição. O Chorão é um exemplo clássico disso. Ele passou por uns quatro ou cinco hotéis. Essas pessoas destroem toda a casa e têm alucinações. São problemas gravíssimos que nos incomodam. Entretanto, tudo passa por uma educação decente e por escolas que não tenham dificuldades relacionadas com a liberdade religiosa. O importante é criar nos estudantes a capacidade de adquirir fortes princípios familiares, e a escola deve colaborar com esse estudante. Queremos um povo mais solidário e fraterno, Deputado Doutor Wilson Batista.

Fico muito angustiada quando vemos que a nossa caminhada ainda será longa. Em relação a esse veto, luto e torço pelo apoio de todos os presentes, porque ele é uma forma de conceder liberdade de crença, liberdade religiosa, para que as pessoas tenham fé e disposição para suportar essa vida tão difícil e ajudar o próximo. O que está acontecendo no Brasil também está acontecendo em Minas Gerais. A insatisfação é grande porque as famílias não sabem mais o que fazer com o vício do “crack”. Faltam médicos e faltam leitos, mas o Secretário Antônio Jorge, juntamente ao Cloves e ao Eros Biondini, na Secretaria de Juventude, tem tentado trabalhar com essa questão que, a meu ver, já melhorou. Entretanto, ainda é preciso que o governo federal repasse mais recursos para os Municípios para que eles tenham os próprios leitos e hospitais regionais.

Na região do Triângulo Mineiro, Deputado Doutor Wilson Batista, estamos escolhendo três locais para a implantação do hospital regional para desafogar os grandes centros. Se não lutarmos e não nos dedicarmos para que haja escolas inclusivas e cidades inteligentes e educadoras para ajudar o nosso povo, Deputado João Leite, ficará difícil avançar.

Hoje vejo a oportunidade de discutir todas essas questões e de dizer que este país tem saída e que este Estado tem solução. As pessoas precisam de chance, de credibilidade e de ser amparadas. A coisa mais triste do mundo é o preconceito. Aliás, eu conversei com a Ana Lúcia Gazzola, nossa Secretária de Estado de Educação, sobre a importância de o Estado criar nas escolas um comitê de enfrentamento dos conflitos, porque as professoras e os professores estão sofrendo violência. Os vândalos destroem e roubam as escolas; quebram tudo. É preciso termos uma escola que realmente cuide dos seus professores e valorize a educação. Todo passo que damos rumo à educação será para fortalecer a democracia. Então, é importante que a educação seja valorizada e seja oferecida para todos. As cidades devem ser inteligentes. Devemos ter estudantes, mas não como os que observamos, como os estudantes da UFMG que saíram em uma matéria nacional, envergonhando Minas Gerais. Estudantes realizaram trotes preconceituosos. Pintaram os alunos de preto, colocaram correntes e os algemaram como se fossem escravos, chamando-os de Xica da Silva. Havia também outros torturando, uma coisa horrorosa. Que país é este? Que educação é essa que não respeita a raça negra? Que educação é esta cujos alunos não respeitam os seus colegas, abusam, insultam, achincalham? Então, é preciso dispormos de uma escola que respeite a liberdade religiosa, que trate bem as pessoas deficientes e tenha sensibilidade.



Esperamos que a mobilidade urbana possa prevalecer e que as pessoas possam ser mais felizes e solidárias. Então, acredito que há um caminho para a derrubada desse veto. Precisaremos de 48 votos para derrubá-lo. Creio que estamos dando um passo, Deputados Gilberto Abramo, João Leite, Doutor Wilson e meu querido Presidente, Deputado Hely Tarquínio, para conseguirmos ter escolas que respeitem a liberdade do povo.

Então, termino pedindo apoio aos colegas para a derrubada do veto. Esse projeto é muito importante principalmente para as pessoas evangélicas, mas também para as de outras religiões. Colocamos uma emenda para todos. Espero podermos derrubá-lo, pois já há a aquiescência do Governador. Espero, então, receber o apoio de vocês. Se Deus abençoar, vamos conseguir isso, porque é justo. A Constituição garante esse direito de liberdade, garante que o Estado busque alternativas para evitar que provas sejam feitas às sextas-feiras. Por que, então, não deixar a lei?

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, antes de entrar no assunto do veto à Proposição de Lei nº 21.425, gostaria de fazer uma consulta à Mesa, principalmente ao Dr. José Geraldo.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Existe, no caso do veto que trata do ICMS de templos religiosos – ele foi apresentado no final do ano -, uma emenda que, por sua vez, foi vetada. A justificativa é sempre a mesma: a prerrogativa do Estado - ou seja, não houve uma consulta, e o Estado não pode sair prejudicado, pois tem os seus direitos. Contudo, existem várias emendas que apresentamos aqui, e não houve um parecer da Secretaria de Estado. Então, automaticamente, não soubemos o impacto que a aprovação dessas isenções traria para o Estado. Se não sabemos o impacto e as emendas não foram vetadas, até que ponto cabe a esta Casa aprová-las sem um parecer técnico da Secretaria de Fazenda? Acho que a lei serve tanto para um quanto para outros. Não pode haver distinções. Então, se aprovamos aqui emendas sem parecer técnico, não soubemos do impacto e não o justificamos, não utilizamos os mesmos argumentos, a emenda do Gustavo Valadares foi apresentada. Fere a Constituição, art. 150, etc. Então, queremos saber. Se possível, gostaria que, na parte da tarde, se houver possibilidade...

O Deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Gilberto Abramo, eu conversava com a Deputada Liza Prado e não pude entender bem a questão de ordem de V. Exa. Trata-se de emenda à Constituição ou de algum projeto ligado ao governo?

O Deputado Gilberto Abramo - Trata-se de emenda a um projeto. Já aprovamos aqui várias emendas que beneficiavam setores. Isso é comum, faz parte. Só que, quando a Secretaria de Fazenda veta algum artigo, alguma emenda, na maioria dos casos usa sempre o mesmo argumento: prerrogativa do Executivo. Então, entendo que não houve a possibilidade de o Executivo aprovar porque não houve conversas para apresentar o impacto que isso poderia causar à receita. Entendo dessa forma. Assim, não houve uma conversa entre o Executivo e o Legislativo. Se umas são aprovadas sem esse relatório de impacto financeiro, por que outras não o são, se são apresentadas pelo mesmo Parlamento?

O Deputado João Leite (em aparte)* - Estão ligadas ao ICMS das igrejas?

O Deputado Gilberto Abramo - Exatamente a emenda que foi apresentada pelo Gustavo Valadares no final do ano. Então, antes de entrar no projeto, gostaria de obter uma resposta, de preferência por escrito. Se necessário, formalizo por escrito.

O Sr. Presidente - Responderemos oportunamente, porque na verdade não tenho dados sobre esse impacto.

O Deputado Gilberto Abramo - Exatamente por isso, à tarde faço questão de lembrar essa questão novamente.

O Sr. Presidente - Estaremos atentos, e vou solicitar essa resposta formalmente.

O Deputado Gilberto Abramo - Exatamente. Sr. Presidente, sei que não temos quórum para continuar o trabalho, mas gostaria de pegar um gancho na fala do Deputado João Leite, a qual se refere à família. Tenho como máxima que a desvalorização da família é a decadência do Estado. Enquanto não se pensar na família, não há como o Estado demonstrar ou ser o que de fato apresenta ser, porque sua base, que é a família, está completamente desvalorizada.

Ao mesmo tempo, quero parabenizar a Força Jovem em Minas, a qual fez no sábado passado uma caminhada pelo centro da cidade, com o título BH sem Drogas. Milhares de jovens se fizeram presentes, mostrando, acima de tudo, a preocupação com o crescimento das drogas, em especial o “crack”. Houve uma manifestação pacífica de luta contra as drogas, e houve o reconhecimento tanto da parte do governo municipal quanto da parte do governo estadual. Essa juventude se mobilizará novamente para a orientação contra a dengue neste período chuvoso. Houve um crescimento altíssimo. Aproximadamente 10 mil jovens receberam instruções e sairão de casa em casa, pelas ruas de Belo Horizonte, orientando as pessoas sobre a importância de combaterem a dengue.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Então, Sr. Presidente, gostaria que meu tempo fosse reservado para a parte da tarde. Solicito, de plano, o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2013

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, André Quintão, Duílio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do



Regimento Interno, dispensa a leitura da ata de reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 3.688/2013, de autoria do Governador do Estado, que cria e extingue cargos no âmbito da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG - e altera a Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento - TFAS - e dá outras providências, e a apreciar a matéria constante da pauta. A seguir, informa o recebimento das seguintes comunicações: do Deputado Tiago Ulisses, Líder do Bloco Avança Minas, publicada no "Diário do Legislativo" de 16/3/2013, e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que justifica sua ausência na reunião. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.835 e 3.840/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 341, 1.858 e 2.732/2011 e 2.841, 2.855, 2.926, 2.965, 2.973, 3.287, 3.344 e 3.647/2012 (Deputado Gustavo Perrella); Projetos de Lei nºs 3.836, 3.848, 3.850, 3.870 e 3.873/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 73, 1.046, 1.049, 1.686, 2.324 e 2.378/2011 e 2.835, 2.901 e 3.357/2012 (Deputado Luiz Henrique); Projetos de Lei nºs 3.803, 3.832 e 3.838/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 87, 250, 483, 691, 1.476, 1.570 e 2.537/2011 e 2.957, 3.012, 3.398, 3.497 e 3.627/2012 e o Projeto de Resolução nº 411/2011 (Deputado Juarez Távora); Projetos de Lei nºs 3.849, 3.851 e 3.854/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 271, 587, 1.454, 1.528, 1.529, 1.556, 1.569, 1.744, 2.009, 2.371, 2.479, 2.498, 2.540 e 2.623/2011 e 3.082, 3.254 e 3.355/2012 (Deputado Leonídio Bouças); Projetos de Lei nºs 3.839, 3.841, 3.847 e 3.853/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 575, 1.011, 1.090, 1.402, 1.404, 1.729, 1.786, 2.265, 2.367, 2.404, 2.597 e 2.686/2011 e 2.983, 2.997, 3.041 e 3.367/2012 (Deputado André Quintão); Projetos de Lei nºs 3.842, 3.852, 3.866 e 3.869/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 402, 890, 891, 1.019, 2.145 e 2.470/2011 e 2.890 e 2.893/2012, o Projeto de Lei Complementar nº33/2012 e o Projeto de Resolução nº 1.582/2011 (Deputado Sebastião Costa); Projetos de Lei nºs 3.833, 3.834, 3.837, 3.867, 3.871 e 3.872/2013 e, em virtude de redistribuição, os Projetos de Lei nºs 379, 788, 1.251, 1.361, 1.527, 1.663, 1.795, 1.825, 2.031, 2.061, 2.178, 2.546/2011 e 3.242, 3.384, 3.420 e 3.612/2012 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Antônio Abrahão Caram Filho, Diretor-Geral da Arsae - MG -, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência agradece a presença do convidado e suspende a reunião por 5 minutos. Reabertos os trabalhos, passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento de autoria do Deputado Gustavo Perrella, em que solicita seja apreciado o Projeto de Lei nº 3.688/2013 em primeiro lugar nesta fase. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.688/2013 na forma do Substitutivo nº1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa (em virtude de redistribuição), que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.826/2013 na forma do Substitutivo nº1, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado André Quintão. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº33/2012 na forma do Substitutivo nº 1 e dos Projetos de Lei nºs 3.803/2013 na forma do Substitutivo nº1, 3.812/2013 com a Emenda nº1 e 3.815, 3.818 e 3.819/2013, este com a Emenda nº1 (relator: Deputado Sebastião Costa, os cinco últimos em virtude de redistribuição), 3.354/2012 na forma do Substitutivo nº 1 e 3.814/2013 (relator: Deputado Gustavo Perrella), 3.813 e 3.817/2013, este com a Emenda nº1 (relator: Deputado Luiz Henrique) e 3.816/2013 (relator: Deputado André Quintão). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuricidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 429 e 1.618/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa) e 3.287 e 3.344/2012 (relator: Deputado Gustavo Perrella). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 3.196/2012 e 3.696/2013, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Gustavo Perrella e Sebastião Costa. São convertidos em diligência à Seplag o Projeto de Lei nº 3.775/2013; à Seplag e ao Prefeito Municipal de São Sebastião da Bela Vista, o Projeto de Lei nº 3.782/2013 (relator: Luiz Henrique); à Seplag, ao autor e ao Prefeito Municipal de Muriaé, o Projeto de Lei nº 3.805/2013; à Seplag, ao autor e ao Prefeito Municipal de Carmésia, o Projeto de Lei nº 3.831/2013 (relator: Deputado Sebastião Costa). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.843/2013, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Retira-se do recinto o Deputado André Quintão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.777/2013, 2.316/2011, 3.328/2012 (este com a Emenda nº1), 3.750 e 3.798/2013 (relator: Deputado Gustavo Perrella, os quatro últimos em virtude de redistribuição); 3.578, 3.747, 3.757, 3.794 e 3.801/2013 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); 3.047, 3.749, 3.760 e 3.767/2013, com a Emenda nº1 (relator: Deputado Luiz Henrique, o último em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária a ser realizada no dia 20/3/2013, às 14h45min, com a finalidade de apreciar o parecer, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2013, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2013.

Sebastião Costa, Presidente - Duílio de Castro - Dalmo Ribeiro Silva - Adalclever Lopes.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 26/3/2013****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.500/2011, da Deputada Rosângela Reis.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.026/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 752/2011, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 623/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 4.369/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.395/2013, da Deputada Liza Prado; 4.402/2013, do Deputado Cabo Júlio; 4.405/2013, do Deputado Almir Paraca.

Obtenção de informações, com a presença de convidados, sobre as ações, investigações e resultados da Polícia Militar e da Polícia Civil no tocante aos acontecimentos do mês de outubro de 2012 no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, após a morte de Helenilson Eustáquio da Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.793/2012****Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia
Relatório**

De autoria do Deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa dar a denominação de Escola Estadual Professora Neide Oliveira Gomes à Escola Estadual Residencial 2000, localizada no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.793/2012 pretende dar a denominação de Escola Estadual Professora Neide Oliveira Gomes à Escola Estadual Residencial 2000, localizada no Município de Uberaba.

Cabe ressaltar que a educadora Neide Oliveira Gomes, nascida em Uberaba, ingressou, ainda muito jovem, no Colégio Nossa Senhora das Dores, concluindo seu curso de Magistério em 1962.

Em 1964, assumiu cargo de Professora na Escola Estadual Frei Teodósio, no Município de Frutal, onde também exerceu a função de Auxiliar de Secretaria. Paralelamente, cursou Pedagogia e habilitou-se em Administração Escolar, Supervisão e Inspeção Escolar na Faculdade Riopretense de Filosofia, Ciências e Letras, de São José do Rio Preto, em São Paulo.

A partir de 1981, passou a integrar o quadro dos servidores da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba como Delegada Regional de Ensino. Durante os 28 anos em que trabalhou nesse órgão, exerceu, entre outras, a função de Inspetora Escolar e coordenou o Programa de Capacitação de Dirigentes Escolares - Procad.

Sua vida foi marcada pela dedicação à educação, área em que realizou um trabalho exemplar de busca do conhecimento e do aperfeiçoamento. Sua experiência em diferentes áreas da educação, aliada a uma atuação consciente de seus deveres, renderam-lhe a admiração e o respeito dos uberabenses.

Isso posto, consideramos meritória a homenagem que se pretende fazer à Professora Neide Oliveira Gomes, denominando a mencionada unidade escolar com seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.793/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de março de 2013.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.312/2012**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**
Relatório

De autoria da Deputada Luzia Ferreira, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual localizada no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.312/2012 pretende dar a denominação de Escola Estadual Presidente Itamar Franco à escola estadual localizada na Rua Sete, nº 140, Bairro Belo Vale, no Município de Santa Luzia.

Cabe destacar que o Presidente Itamar Franco ingressou na carreira política em 1958, quando se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. No mesmo ano, foi candidato a Vereador e, em 1962, a Vice-Prefeito de Juiz de Fora, não obtendo êxito nas duas tentativas.

Com o início do regime militar, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB -, tendo sido eleito Prefeito Municipal de Juiz de Fora de 1967 a 1971 e reeleito em 1972. Dois anos depois, renunciou ao cargo para candidatar-se, com sucesso, ao Senado Federal.

No início da década de 1980, com o pluripartidarismo restabelecido no País, filiou-se ao PMDB. Em 1982, foi eleito Senador novamente. Defendeu a campanha pelo restabelecimento das eleições diretas e votou no candidato opositor Tancredo Neves na eleição presidencial de 1985. Migrou para o PL em 1986, ano em que concorreu ao governo de Minas, mas foi derrotado, voltando ao Senado em 1987, pela terceira vez.

Em 1988, Itamar Franco uniu-se ao Governador de Alagoas Fernando Collor de Mello para lançar a candidatura do primeiro à Presidência e a sua à Vice-Presidência da República pelo Partido da Reconstrução Nacional - PRN. Como Vice-Presidente, divergiu em vários aspectos da política econômico-financeira adotada por Collor, vindo a retirar-se do PRN e voltando ao PMDB em 1992. Após o "impeachment" de Collor, assumiu a Presidência da República, no final de 1992. Em seu mandato, foi realizado um plebiscito sobre a forma de governo no Brasil que resultou na permanência da república presidencialista no País. Ainda durante sua gestão, foi idealizado o Plano Real, elaborado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

É importante destacar que o Presidente Itamar Franco realizou os primeiros projetos de combate à miséria ao lado do sociólogo Betinho. Homem sério e correto, seu governo talvez tenha sido o único da história republicana livre de escândalos de corrupção. Chegou ao fim do mandato com 84% de aprovação popular.

Em 1998, Itamar Franco elegeu-se Governador de Minas Gerais pelo PMDB, tendo ocupado o cargo de 1999 a 2003. Assim que tomou posse, decretou moratória no Estado. Entre outros aspectos, alegava a necessidade de se empreender uma auditoria na dívida estadual, na época atrelada a uma taxa de juros de 7,5% ao ano, enquanto Estados como São Paulo negociavam suas dívidas a uma taxa de 6% ao ano.

Foi em seu governo que a dívida mineira foi equacionada e começou a ser quitada e, ainda, que o controle acionário da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, hoje uma das maiores empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do País e do mundo, retornou judicialmente ao Estado.

Itamar Franco também foi contra a privatização de Furnas. Na ocasião, mobilizou a Polícia Militar do Estado em uma das principais usinas da empresa. Apesar de sua postura ter sido muito criticada, conseguiu impedir a privatização.

A recomposição do setor público em bases burocráticas, passando essencialmente pela valorização do servidor, pelo reaparelhamento das principais agências de ação estatal e pelo ajuste fiscal, marcou a gestão de Itamar Franco à frente do Executivo mineiro. Em síntese, nesse período, houve uma importante organização da administração pública do Estado.

Terminado seu mandato no governo de Minas no final de 2002, Itamar Franco decidiu não se candidatar à reeleição e apoiar a candidatura de Aécio Neves para o governo do Estado e de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

Com a vitória de Lula, foi nomeado Embaixador brasileiro na Itália, cargo que exerceu até 2005. Em maio de 2009, filiou-se ao Partido Popular Socialista - PPS. Nas eleições de 2010, foi eleito, mais uma vez, Senador pelo Estado de Minas Gerais.

Em maio de 2011, foi diagnosticado com leucemia. Alguns dias depois, licenciou-se do Senado para submeter-se a tratamento. Em 2 de julho do mesmo ano, Itamar Franco faleceu em decorrência do agravamento de seu estado de saúde.

Pelas razões aduzidas, entendemos justa e meritória a atribuição do nome do Presidente Itamar Franco para denominar a referida unidade escolar de Santa Luzia, perpetuando seu exemplo de cidadão que exerceu a função pública com dignidade e honestidade.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.312/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de março de 2013.

Duarte Bechir, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.920/2011**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**
Relatório

O projeto de lei em análise, do Deputado Duílio de Castro, determina que as escolas estaduais e as escolas particulares de ensino fundamental e médio do Estado disponibilizem o boletim eletrônico.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A requerimento da primeira Comissão, o projeto foi baixado em diligência à Secretaria de Estado de Educação, que se manifestou contrariamente à matéria proposta.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei sob comento determina que as escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio do Estado disponibilizem na internet o boletim escolar eletrônico, com as notas e a frequência dos alunos. Para tanto, o projeto atribui ao governo do Estado a responsabilidade de proporcionar os recursos técnicos necessários que viabilizem a implantação do boletim escolar de forma eletrônica nas escolas estaduais. Os estabelecimentos de ensino, por sua vez, ficariam incumbidos da tarefa de alimentar o banco de dados com as informações necessárias para gerar e atualizar o boletim escolar eletrônico.

O boletim escolar é instrumento de registro do aproveitamento dos alunos e de comunicação entre escolas e famílias sobre o rendimento dos estudantes. Nas últimas décadas, esse documento passou por diversas alterações: de um documento confeccionado artesanalmente, passou a ser impresso em mimeógrafo ou em gráficas e hoje é confeccionado em computador.

Além de refletirem o desenvolvimento tecnológico, as mudanças no registro do desempenho dos estudantes testemunham as transformações da educação no Brasil, em especial as que incidiram no significado atribuído à avaliação da aprendizagem dos alunos e nas relações escola-família. Essa é a conclusão de uma análise do percurso histórico dos boletins escolares realizada pela Profa. Flávia Werle, no artigo intitulado “Documentos escolares: impacto das novas tecnologias”, publicado em 2002. Segundo a pesquisadora, no tempo em que se registrava o aproveitamento satisfatório a tinta azul ou preta e o desempenho insuficiente era destacado em vermelho, quando se faziam necessárias as assinaturas de Diretores, professores e pais, bem como se realizavam reuniões entre pais e professores para a entrega do boletim, esse documento tinha “status” oficial e seu trânsito propiciava uma relação mais próxima entre as famílias e as escolas, facilitando o estabelecimento de uma relação de cooperação para promover a aprendizagem dos alunos.

Com o tempo, o boletim foi perdendo a importância, talvez na mesma medida em que escola e família foram se distanciando e as avaliações do processo ensino-aprendizagem passaram a priorizar aspectos qualitativos em detrimento dos resultados quantitativos auferidos em eventuais provas finais, conforme preceitua o art. 24, V, da Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Hoje, a entrega dos boletins, ou qualquer outra forma de comunicação às famílias sobre o rendimento do aluno, se dá por meio de iniciativa da equipe pedagógica de cada escola e não é mais uma prática sistemática das redes de educação.

Acreditamos que facilitar o acesso dos pais aos boletins por meio de sua disponibilização na internet pode significar a restauração de um importante canal de comunicação escola-família, contribuindo para melhorar o acompanhamento da vida escolar dos estudantes por seus responsáveis e dividir a tarefa de apoiar a aprendizagem dos alunos entre professores e pais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 12, inciso VII, atribui aos estabelecimentos de ensino a incumbência de informar aos responsáveis legais pelos alunos sobre sua frequência e seu rendimento, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Em Minas Gerais, a Lei nº 15.455, de 12/1/2005, que estabelece normas para o cumprimento do disposto no referido artigo da lei federal, estabelece, em seu art. 4º-A, que “os estabelecimentos de ensino fundamental e médio assegurarão aos pais e responsáveis o acesso às instalações físicas e os informarão sobre a execução de sua proposta pedagógica e, em cada etapa de avaliação, sobre a frequência e o rendimento dos alunos”.

Considerando que o arcabouço normativo estadual já aponta essa diretriz, entendemos ser importante garantir a facilidade do acesso dos pais aos dados de rendimento e frequência escolar de seus filhos por meio de uma das ferramentas de armazenamento de informações e comunicação mais efetivas disponíveis atualmente: a internet.

Em nota técnica, a Secretaria de Estado de Educação - SEE - se manifestou contrariamente ao projeto, argumentando que a rede pública estadual de educação já conta com um sistema informatizado que forneceria o boletim e a frequência escolar dos alunos e que esses dados já estariam acessíveis aos pais ou responsáveis na internet. Contudo, segundo informação posterior oriunda da mesma Secretaria, a disponibilização do boletim na internet é uma diretriz da SEE e, embora já exista um banco de dados informatizado com os dados de rendimento e frequência discente, o recurso ainda não está disponível para usuários externos.

Portanto, a aprovação da proposição em análise serviria também para garantir esse direito aos pais e responsáveis, além de potencialmente contribuir para a efetivação desse projeto do governo estadual.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela legalidade, juridicidade e constitucionalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que promoveu o aprimoramento e a adequação do projeto à técnica legislativa.

O art. 2º desse Substitutivo determina, para as escolas privadas, a imposição das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11/11/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor, no caso do descumprimento das obrigações criadas pela norma. Tal determinação, em nosso entendimento, é inadequada para a matéria sob comento. Julgamos que a não disponibilização do boletim



escolar na internet extrapola o âmbito do direito do consumidor, pois não configuraria quebra de contrato ou dano aos usuários do serviço educacional.

O Substitutivo nº 1 também responsabiliza as instituições de ensino pela alimentação e atualização dos boletins na internet. Entendemos que essa tarefa pode ser atribuída às escolas, como pode também ser desempenhada de forma centralizada pela Secretaria de Educação. Essa questão, de ordem administrativa, deve ser resolvida no âmbito da Secretaria de Educação e das escolas particulares, e não por meio de lei ordinária.

Dessa forma, não estamos de acordo com o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão que nos precedeu.

Julgamos pertinente atender à pretensão do autor por meio da alteração da Lei nº 15.455, de 2005, que já contém dispositivo que trata do dever das escolas de informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos. Sugerimos, então, que seja acrescentado à mencionada lei o art. 4º-B, que determina a disponibilização do boletim escolar pela internet e estipula o prazo mínimo de um ano para que a medida seja implementada.

Conclusão

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.920/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, apresentado a seguir, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Acrescenta à Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005, o art. 4º-B e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado à Lei nº 15.455, de 12 de janeiro de 2005, o seguinte art. 4º-B:

“Art. 4º-B - Os estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privadas, integrantes do sistema estadual de educação tornarão acessível ao aluno e seus representantes legais, na internet, o boletim escolar, que conterà, pelo menos, dados de rendimento e frequência.

Parágrafo único - O sigilo dos dados deverá ser garantido, de forma que possam ser acessados somente pelo próprio aluno e por seus representantes legais.”

Art. 2º - Essa lei entra em vigor cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Sala das Comissões, 20 de março de 2013.

Duarte Bechir, Presidente - Elismar Prado, relator - Bosco.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 21/3/2013, as seguintes comunicações:

Do Deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. Leonídio Pontes Fonseca, ocorrido em 20/3/2013, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento do Sr. Antônio Amaro Martins da Costa Filho, ocorrido em 19/3/2013, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento do Sr. José Barbosa Sobrinho, ocorrido em 20/3/2013, em Inconfidentes. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o ex-Deputado Federal João Magno por sua absolvição na Ação Penal 470, julgada pelo STF (Requerimento nº 3.825/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de aplauso ao Sicoob Central Ceregrange e ao Sicoob Sistema Crediminas pelo Ano Internacional do Cooperativismo, comemorado em 2012 (Requerimento nº 4.015/2012, do Deputado Carlos Mosconi);

de congratulações com o jornalista Tilden Santiago pelo artigo "Revolucionário na Clandestinidade e na Legalidade", sobre o ex-Deputado Federal Sérgio Miranda, publicado no jornal "O Tempo", em 30/11/2012 (Requerimento nº 4.138/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Instituto Mineiro de Agropecuária por ser a primeira instituição pública a obter credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia como organismo de avaliação de conformidade orgânica (Requerimento nº 4.141/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação dos Apicultores do Vale do Aço por ter exportado 200t de mel em 2012 (Requerimento nº 4.183/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);



de congratulações com o Sr. Carlos Alberto Reis de Paula por sua eleição para o cargo de Presidente do TST (Requerimento nº 4.186/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Patrus Ananias pela extrema sensibilidade ao redigir sua homenagem ao ex-Deputado Federal Sérgio Miranda (Requerimento nº 4.200/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Escola Estadual José Gomes de Moraes Filho pelos 15 anos de destacado trabalho (Requerimento nº 4.203/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os estudantes Anderson Sasaki, Felipe de Souza, Paulo Martins, Renan Ramos e Rodrigo Nascimento, que compõem a equipe Xequé-Mate do Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação, de Santa Rita do Sapucaí, pelo 3º lugar na etapa nacional do Desafio Sebrae, realizada em Salvador (BA) (Requerimento nº 4.206/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Jesimar de Oliveira Sandi, proprietário do sítio São Joaquim, localizado no Município de Conceição das Pedras, pela conquista do 1º lugar no 2º Concurso de Qualidade Cafés do Brasil "Cup of Excellence Natural Late Harvest 2013", promovido pela Associação Brasileira de Cafés Especiais (Requerimento nº 4.207/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Sra. Tereza Cruvinel pelo artigo "Sérgio Miranda, Suave Guerreiro", publicado na revista "Retrato do Brasil", nº 66, de janeiro de 2013 (Requerimento nº 4.217/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a revista "Retrato do Brasil" pela publicação do artigo "Sérgio Miranda, Suave Guerreiro", na edição nº 66, de janeiro de 2013 (Requerimento nº 4.218/2013, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Fiemg pelos seus 80 anos de fundação (Requerimento nº 4.243/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. José Fernando Coura por sua posse na coordenação da Comissão Especial de Mineração da Confederação Nacional da Indústria (Requerimento nº 4.244/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a família do Sr. Alcides Martins Loyola pelo centenário de seu nascimento (Requerimento nº 4.245/2013, do Deputado Luiz Henrique);

de congratulações com a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais por ter completado um ano de atividades de capacitação de educadores (Requerimento nº 4.259/2013, do Deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Jaime Nápoles Villela, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado, pelo Dia Nacional da Advocacia Pública (Requerimento nº 4.261/2013, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Luis Carlos Balbino Gambogi por sua nomeação para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça (Requerimento nº 4.295/2013, do Deputado Inácio Franco).

de aplauso à Cel. PM Cláudia Araújo Romualdo por ser a primeira mulher a assumir o Comando de Policiamento da Capital nos 236 anos da corporação (Requerimento nº 4.297/2013, da Deputada Liza Prado);

de aplauso à Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade por ser a primeira mulher eleita para assumir a Presidência do Tribunal de Contas do Estado (Requerimento nº 4.298/2013, da Deputada Liza Prado);

de aplauso à Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais por seu 63º aniversário (Requerimento nº 4.299/2013, da Deputada Liza Prado);

de pesar à família do Presidente da Venezuela Hugo Chávez e à Embaixada da Venezuela por seu falecimento e cópia do artigo do jornalista Mauro Santayana publicado no jornal "Hoje em Dia" de 6/6/2013 (Requerimento nº 4.348/2013, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso aos policiais militares lotados no 36º Batalhão da BPM que participaram da operação que culminou na prisão de dois homens e de uma mulher e na apreensão de 33 barras de maconha e de materiais úteis ao tráfico ilícito de entorpecentes, no Bairro Morro Alto, no Município de Vespasiano, pelo excelente trabalho (Requerimento nº 4.355/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 22ª Companhia Independente da 12ª RPM que participaram da operação denominada Santa Cruz, que culminou na prisão de cinco pessoas e na apreensão de dois menores, que estariam envolvidos no tráfico ilícito de drogas, na região de Inhapim, pelo excelente trabalho (Requerimento nº 4.356/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares lotados na 22ª Companhia Independente da 12ª RPM que participaram da operação que culminou na prisão de um homem e na apreensão de 28 barras de maconha, totalizando 50 kg da droga, no Município de Caratinga, pelo excelente trabalho (Requerimento nº 4.357/2013, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Secretário de Saúde pela edição da Deliberação CIB-SUS-MG nº 1.351, que aprova incentivo financeiro complementar para os Municípios beneficiados pelo programa estruturador Travessia (Requerimento nº 4.377/2013, da Comissão de Saúde);

de aplauso aos policiais militares que participaram da captura da quadrilha especializada em arrombamentos de caixas eletrônicas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Requerimento nº 4.382/2013, da Comissão de Segurança Pública).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/3/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



Gabinete do Deputado Bráulio Braz

exonerando, a partir de 25/3/2013, Mariângela Duarte Sampaio Miranda do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Maria Aparecida Vitoriano da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Diego Oliveira e Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Emerson Carlos de Melo do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando Paulo Sérgio Braga Trindade do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Felipe Senra Lucas para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Paulo Sérgio Braga Trindade para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Rogério Alves Couto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 22/3/13, que exonerou Edelson Antônio Godinho Pimenta do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 22/3/13, que exonerou Eder de Andrade do cargo de Assistente Legislativo, padrão VL-36, 8 horas, com exercício na 3ª Secretaria;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 1º/3/13, que exonerou Luiz Viana David do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Vice-Presidência;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 22/3/13, que exonerou Mauro Anderson de Oliveira Felipe do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria;

exonerando, a partir de 22/3/2013, Murilo Silva Gravina do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 22/3/2013, Rosangela Netto do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 22/3/2013, Tatiany de Almeida Campos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Nos termos do art. 79, XVI, c/c o art. 54, IV, §§ 1º e 2º do Regimento Interno, a Mesa da Assembleia concede, a pedido, licença sem remuneração para tratar de interesse particular ao Deputado João Vítor Xavier Faustino, Matrícula nº 18.858/1, para o período de 19/3/2013 a 25/3/2013, em razão de viagem ao exterior, e determina aos setores competentes, após a publicação deste ato, sejam tomadas as medidas dele decorrentes.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 2/2013

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º conveniente: Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos. Objeto: concessão de empréstimos, com pagamento mediante consignação em folha, a servidores efetivos ativos e inativos e pensionistas da ALMG. Vigência: 60 meses a contar da assinatura.